



TEMAS 13

Guia de Estudos

Painel Independente de Alto Nível Sobre Missões de Paz da ONU

Nicholas Barbosa
Rafael Santiago
Mila Campbell
Amael Notini
Felipe Crivello

Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU.....	3
2.1. Surgimento e evolução histórica.....	4
2.2. Justificativas e principais debates.....	9
2.3. Propostas de reforma.....	12
3 O PANOP NA AMÉRICA LATINA.....	16
3.1. Mandato e objetivos.....	16
3.2. Eixos de discussão.....	19
3.3. Participantes.....	22
4 O CASO HAITIANO: MINUSTAH.....	42
4.1. Estabelecimento e contexto inicial.....	42
4.2. Evolução e desafios da missão ao longo do tempo.....	44
5 REFERÊNCIAS.....	51

1 - Introdução

O presente guia tem como objetivo reunir de forma concisa as principais considerações necessárias para o estudo do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz das Nações Unidas (PANOP), que foi criado em 2014 e trabalhado, por meio de consultas locais, em cinco cidades. Salvador foi a cidade escolhida para representar a América Latina e o Caribe e a Reunião Regional que se deu nesta cidade ocorreu no final de março de 2015. A fim de prover observações importantes para o debate que concerne essa revisão dos mecanismos de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU), esse guia se divide em três eixos principais: as Operações de Paz da ONU; o PANOP na América Latina; e o caso da MINUSTAH.

Na primeira parte, será resgatado o contexto de criação das Missões de Paz da ONU, bem como sua evolução, constituição e forma de atuação vigente. Nesta seção também serão tratados os objetivos gerais e desempenho das Missões, além das justificativas e principais debates relativos à implementação, execução e impactos promovidos por esses mecanismos. Por fim, a seção também ilustra as propostas de reforma e revisão já trabalhadas pela ONU e aborda pontos polêmicos quanto às Missões – no que diz respeito, por exemplo, a questões de gênero e participação feminina, denúncias de abusos, recursos e financiamento etc.

Na parte seguinte, haverá um foco sobre o PANOP, explicitando o seu mandato e objetivos, seus eixos de discussão e quem foram os participantes que compuseram a Reunião. Serão feitas alusões ao Relatório Brahimi, a título de comparação, assim como haverá um exame mais detalhado dos temas que serão tratados em cada sessão. Ao final dessa parte, será possível encontrar informações de todos aqueles que contribuíram para o sucesso do PANOP.

Na última parte, será trabalhado o estabelecimento e contexto inicial da MINUSTAH, sua evolução e os desafios enfrentados por ela ao longo do tempo. O texto procurará situar o período de implementação da Missão, do mesmo modo que procurará estabelecer como se deu sua estruturação interna. À guisa de conclusão, o guia analisa o papel do Brasil na MINUSTAH e como o governo brasileiro se envolveu no contexto haitiano em termos de auxílio e aprendizagem.

2 - Operações de Paz da ONU

2.1 - Surgimento e evolução histórica

A história das Missões de Paz promovidas pela Organização das Nações Unidas se mistura à história do organismo em si, visto que surgiram de forma praticamente simultânea e foram marcadas pelas mesmas situações e impasses. Tais missões sempre foram um dos instrumentos pelos quais a ONU faz uso para atingir seus objetivos, sobretudo a instalação e manutenção da paz. As diversas mudanças sociais e políticas pelas quais o mundo passou desde a criação da ONU e as primeiras missões de *peacekeeping*, alteraram gradualmente a forma como essas operações são instituídas e conduzidas. Quando se estuda a história das operações de paz das Nações Unidas, pode-se distinguir dois períodos: o anterior e o posterior à Guerra Fria.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, o planeta viveu um período de profundas mudanças, marcado inicialmente pela descolonização dos continentes africano e asiático e pela disputa ideológica promovida pela Guerra fria, que estava em seus estágios iniciais. A grande instabilidade política e o enfraquecimento de tradicionais grandes potências gerou incontáveis conflitos regionais que geraram necessidade de atuação por parte da recém-criada Organização das Nações Unidas.

A primeira operação de paz instituída pela ONU foi a UNTSO, em 1948, destinada à mitigação do conflito Árabe-Israelense diante da criação do Estado de Israel. Inicialmente, essa missão consistia apenas de observadores internacionais visando a garantir que o acordo de cessar fogo após a Guerra de 1947 estava sendo cumprido. Um ano mais tarde, uma missão semelhante foi criada para monitorar a fronteira indo-paquistanesa. Em 1950, contudo, a ONU enfrentou um grande desafio, que foi a intervenção de suas tropas na Guerra da Coreia. Com a autorização do Conselho de Segurança, tropas das Nações Unidas lutaram em defesa do exército sul coreano contra as forças da Coreia do Norte e, mais, tarde, da República Popular da China, levando ao um cessar fogo em 1953. Após o acordo, tropas da ONU permaneceram na península coreana para garantir seu cumprimento.

Em 1956, pela primeira vez a ONU utilizou tropas como instrumento para resolução de conflitos, após a intervenção da organização na Crise do Canal de Suez utilizando uma força de emergência destinada a supervisionar a retirada de tropas invasoras. Diferentemente da Guerra da Coreia, as forças da Organização foram utilizadas para impedir a escalada do conflito e estabelecer

a paz, enquanto na guerra anterior elas foram utilizadas em favor de um dos lados do confronto. Como esta foi a primeira missão de *peacekeeping* convocada pelas Nações Unidas e, portanto, ditou as bases para fundação de todas as missões futuras, cabe discorrer um pouco sobre seu estabelecimento.

A iniciativa do uso de forças das Nações Unidas para o fim de estabelecer a paz foi do então diplomata e futuro Primeiro Ministro canadense Lester B. Pearson, que apresentou um projeto de resolução à Assembleia Geral das Nações Unidas para o estabelecimento de uma força de emergência internacional para garantir o fim das agressões no Canal de Suez, que envolviam Egito, França, Israel e Reino Unido. O plano foi aceito pela Assembleia e executado pelo então Secretário Geral da ONU, Dag Hammarskjold, em conjunto com a Assembleia e as partes beligerantes, que determinaram como a força seria constituída, financiada e quais seriam suas atribuições e prerrogativas.

Visando atender melhor às demandas de todas as partes, os membros permanentes do Conselho de Segurança, assim como qualquer outro país que possa ter interesse no confronto por motivos geográficos ou outras razões, foram impedidos de constituir a Força (ONU, [s.d.]). No final, a Força teve participação de militares originários de nações como Brasil, Canadá, Colômbia, Iugoslávia, entre outros. Um fato interessante é que o termo “capacetes azuis” geralmente utilizado para se referir aos militares integrantes das missões de paz das Nações Unidas, surgiu com a dita Força enviada ao Egito, dado que o governo canadense propôs a utilização de capacetes na cor azul claro para que seus militares pudessem ser distinguidos claramente de tropas britânicas, padrão que foi mantido desde então¹.

A Força emergencial - conhecida pelo acrônimo UNEF - monitorou a retirada de tropas estrangeiras de quaisquer territórios ocupados e o cumprimento do acordo de paz assinado em 1957, e também funcionou como zona neutra entre Egito e Israel durante 10 anos, até que foi deflagrada a Guerra dos seis dias. Ela permaneceu submetida à Assembleia Geral por esse período.

A UNEF é um grande exemplo da importância das forças de *peacekeeping* das Nações Unidas e suas limitações. Seu estabelecimento em Outubro de 1956 colocou fim a uma guerra destrutiva e, por mais de 10 anos, ela efetivamente manteve a paz em uma das

¹ CANADA, GOVERNEMENT OF. *The Canadian Armed Forces in Egypt*. 2014. Disponível em <<http://www.veterans.gc.ca/eng/remembrance/history/canadian-armed-forces/egypt>>. Acesso em 17 de Abril de 2014.

áreas mais sensíveis do Oriente Médio. Mas na ausência de um esforço complementar de construção da paz, a raiz do conflito entre Egito e Israel permaneceu não resolvida.²

Durante o período da Guerra fria, entretanto, a atuação da ONU, especialmente no que tangia as operações de paz era limitada devido às enormes desavenças entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, inflamados pela disputa ideológica do período. Inúmeras guerras de procuração em Estados-satélite de ambos os lados do conflito foram financiadas pelas grandes potências e a falta de acordo dentro da ONU impossibilitava qualquer ação de manutenção de paz. Apesar disso, as tropas das Nações Unidas atuaram durante o processo descolonizatório na África e na Ásia, com destaque para as missões despachadas ao Congo - auxiliando durante a transição entre a ocupação belga e a recém-estabelecida República Democrática do Congo - e à Guiné Ocidental - garantindo a mudança pacífica do controle do território para a Indonésia.

O principal cenário de atuação de operações de paz da ONU durante a Guerra Fria foi o Oriente Médio, que, por sua importância estratégica, não vivenciava intervenções diretas dos dois grandes blocos e vivia intensos conflitos internos por motivações ideológicas, religiosas e étnicas. Inúmeras missões foram convocadas em países como Iêmen e Líbano, além de diversas forças almejando amenizar o conflito árabe-israelense.

Com o esfacelamento econômico e militar da União Soviética a partir de meados da década de 1980, o cenário internacional começou a tomar novos rumos e isso permitiu uma maior atuação por parte das Nações Unidas dada a redução drástica nos conflitos internos no Conselho de Segurança. O crescimento na cooperação internacional acarretou um aumento da pressão sobre a ONU para tomar mais ações pela prevenção de novos conflitos.

Em meio a um novo espírito cooperativo, o Conselho de Segurança estabeleceu mais Operações de Paz, as quais eram maiores e mais complexas.

A ONU mudou e expandiu suas operações de campo de missões ‘tradicionais’ envolvendo geralmente tarefas observatórias realizadas por pessoal militar para complexas iniciativas ‘multidimensionais’. Essas missões ‘multidimensionais’ foram desenvolvidas para assegurar a implementação de acordos de paz compreensivos e auxiliar na criação de fundações para paz sustentável³.

² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *First United Nations Emergency Force - UNEF I*. [s.d.]. <disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unef1backgr2.html>>. Acesso em 17 de Abril de 2014. Tradução livre.

³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *History of Peacekeeping - Post Cold-War surge*. [s.d.]. disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/surge.shtml>> . Acesso 12 de Janeiro de 2017. Tradução livre.

As tropas das Nações Unidas desde então passaram a realizar tarefas mais complicadas, porém, efetivas, como a construção de instâncias sustentáveis de governança, monitoramento de Direitos Humanos, reformas básicas, desarmamento, entre outros, além de passarem a ser constituídas não apenas por militares mas também por diversos profissionais de outras áreas como economistas, observadores de direitos humanos, trabalhadores voluntários, observadores eleitorais, especialistas legais, etc. (ONU, 2017)

Entre 1989 e 1994 o pessoal empregado pelas Operações de Paz da Organização aumentou de 11 mil para 75 mil (ONU, 2017). Diversas missões foram despachadas visando a encerrar Guerras civis e outros conflitos e transtornos internos em países como El Salvador, Angola, Moçambique e Camboja, onde, pela primeira vez na história, a ONU assumiu totalmente administração de um Estado. Uma dessas missões foi a *Observadores de las Naciones Unidas en Centroamérica* (ONUCA), que atuou em cinco países da América Central – El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Honduras e Costa Rica – com o objetivo de findar o apoio transnacional a guerrilhas e grupos paramilitares entre os países envolvidos. Missões extras foram estabelecidas em El Salvador e Guatemala para estabelecer acordos de paz entre Guerrilhas locais e os governos nacionais.

A Natureza dos conflitos internacionais foi se modificando ao longo do tempo e adquiriu novas nuances a partir do fim da Guerra Fria. Kaldor as define como “Novas Guerras”, conceito introduzido por ela em 1999.

Mary Kaldor (1999) foi pioneira na definição e análise deste novo tipo de conflitos, defendendo que estas novas guerras correspondem a um novo tipo de violência organizada que é diferente porque faz com que não se vejam as diferenças entre guerra (geralmente definida como violência entre Estados ou grupos organizados por motivos políticos), crime organizado (violência conduzida por grupos de organização privada, com objetivos privados, normalmente o lucro financeiro) e violações maciças de direitos humanos (geralmente por parte de Estados ou por grupos politicamente organizados contra indivíduos). (MOURA, 2005)

Em meio às novas formas como os conflitos se desenvolvem, a atuação do *peacekeeping* da ONU mudou, pois agora precisava lidar majoritariamente com conflitos internos, que estavam geralmente atrelados a questões étnicas, religiosas e ausência de um Estado forte. O *peacekeeping*, originalmente desenvolvido para lidar com conflitos entre Estados passou a ser aplicado em

conflitos internos e guerras civis. (ONU, 2017). Com isso, começaram a aparecer novos obstáculos e erros.

A demanda crescente por novas operações e o sucesso de muitas delas geraram um ímpeto internacional diante de tais operações, que culminaram em diversas atuações desastradas por parte da ONU diante de determinados cenários. As Operações de Paz levantadas pelas Nações Unidas em países como Ruanda e Bósnia foram dois notáveis fracassos, uma vez que a inocuidade tanto das forças de paz quanto da ONU e do Conselho de Segurança não impediu catástrofes humanitárias grotescas. O genocídio de Ruanda de 1994 – que vitimou cerca de um milhão de Tutsis – e o massacre de Srebrenica – no qual 8 mil muçulmanos - inclusive crianças - foram assassinados por militares sérvios durante a Guerra da Bósnia – são duas manchas na história do *peacekeeping* da ONU, lembretes trágicos de erros que não podem se repetir e de suas consequências. Outro fracasso notável foi o da UNOSOM, a Missão destinada a findar a Guerra Civil Somali, que não atingiu seus objetivos e causou mortes civis e dentro da própria operação.

Analistas da própria ONU, a partir do início do século XXI, apontam que o jogo político e orçamentário por parte dos membros da Organização torna-se um empecilho para as operações de paz. Além disso, há críticas a países ocidentais por priorizarem em soluções demasiadamente militarizadas, a governos repressivos por colocarem as tropas da ONU em risco e a países que contribuem com tropas que fecham os olhos para abusos (CALL, 2015). De fato, um estudo interno da ONU publicado em 2014 apontou que os *peacekeepers* usam da força para proteção de civis vulneráveis em apenas 20% dos casos, mesmo tendo autoridade para tal (REUTERS, 2014). Situações como essas se portam como um duro golpe à reputação das Nações Unidas quanto a seu dever de manter a paz.

O abalo provocado pelos fracassos em Ruanda, Srebrenica e Somália levou a uma reflexão interna do Conselho de Segurança quanto à atuação da ONU por meio das operações de paz. Para essas situações específicas, o Secretariado Geral realizou um inquérito independente⁴ quanto a atuação em Ruanda, e um *Comprehensive Assessment*⁵ em relação aos eventos em Srebrenica (ONU, 2017). A partir dessas novas deliberações, o número de missões então foi restrito, mas o papel delas continuou sendo reafirmado e gradualmente novas operações foram convocadas tendo

⁴ _____. *U.N. Security Council's Independent Inquiry [S/1999/1257]*. 1999. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/1999/1257>

⁵ _____. *Report of the Secretary-General pursuant to General Assembly resolution 53/55*. 1999. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/54/549>

ciência dos limites de atuação. Ao longo da década de 1990, foram estabelecidas Operações em inúmeros países, como Burundi, Chade, Haiti, Eritreia, Serra Leoa, Síria, Kosovo e Timor Leste – sendo que a ONU assumiu totalmente a administração dos dois últimos. Muitas dessas missões atingiram sucesso inquestionável e trouxeram grandes benefícios a países assolados pela Guerra e miséria.

Obstáculos, contudo, continuariam a abalar o sucesso efetivo das Operações de paz promovidas pela ONU. A demanda para tais missões continua alta e espera-se que essa tendência se mantenha, enquanto seu grau de complexidade não diminui. Ataques à credibilidade das operações crescem com seguidas denúncias de abuso sexual e outros tipos de crimes humanitários, incluindo tráfico humano, por parte dos integrantes das tropas. Além disso, ainda há constantes críticas quanto a real capacidade de atuação da ONU nesse aspecto e o quão efetivas as Operações de paz da ONU realmente são.

Em 2000, foi publicado o Relatório do Painel sobre Operações de Paz da ONU, conhecido como Brahimi Report, que apontou as principais necessidades de mudanças no que tange a todo o processo de operações de paz. O relatório é tido como o primeiro passo para instituir mudanças no processo de construção da paz e também como uma resposta às crescentes críticas contra as operações promovidas pela ONU e será abordado mais profundamente nas seções seguintes deste guia. Novas críticas e propostas de reforma, contudo, permanecem surgindo e afetando a reputação das operações. Com isso em mente, o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon convocou um Painel Independente de Alto Nível, o PANOP, com o objetivo de realizar consultas regionais pelo mundo e produzir relatórios que englobem as demandas regionais quanto às operações de *peacekeeping* e apresentem propostas de mudanças.

Por fim, é relevante citar que, atualmente, a ONU conta com dezesseis operações de paz que atuam nos seguintes países: Marrocos/Saara Ocidental, Libéria, Costa do Marfim, Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Mali, República Centro-Africana, Haiti, Chipre, Kosovo, Israel/Palestina, Líbano, Índia e Paquistão. O efetivo total dessas operações supera 105 mil pessoas, sendo Etiópia, Bangladesh, Paquistão, Índia, Ruanda e Nepal os maiores contribuintes de pessoal (ONU, 2016).

2.2. Justificativas e principais debates

Como dito anteriormente, o principal objetivo das Operações de Paz da ONU é a manutenção da paz e segurança internacionais por meio da separação pacífica das partes beligerantes, como também auxiliar na construção conjunta da paz (ULFSTEIN, 2003). Um estudo recente efetuado pela Corporação RAND demonstra que 2/3 das Operações de Paz tiveram êxito em cumprir esses objetivos (DOBBINS, 2007). Dessa forma, a atividade de tais operações contribuiu para um aumento significativo de conflitos terminados por meio de acordos. (DOBBINS, 2007).

No entanto, mesmo que o número de conflitos tenha diminuído, muitos ainda persistem. Isso se deve em grande parte à ausência de resolução dos motivos centrais que deram origem ao conflito, que muitas vezes causam a reincidência da violência em uma determinada região (NDULU, 2011), o que evidencia a importância de uma operação de paz para o estabelecimento de uma paz duradoura.

Considerando a grande relevância de tais operações, é surpreendente que não exista uma definição precisa para descrevê-las. As Operações de Paz também não são explicitamente mencionadas na Carta da ONU, mas, na prática, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) invoca com frequência o capítulo VII da Carta para estabelecê-las (PIRNIE e SIMMONS, 1996).

Na tentativa de construir uma paz duradoura, as Operações de Paz promovem uma série de atividades estratégicas para restaurar a capacidade do Estado de prover segurança e manter a ordem pública, como também fortalecer o respeito aos direitos humanos e as instituições políticas, e recuperar o país nos âmbitos econômico e social (UNITED NATIONS, 2008). Tais são construídas com base em alguns princípios básicos: o consentimento das partes do conflito; a imparcialidade; e o uso da força somente em caso de autodefesa e defesa do mandato (UNITED NATIONS, 2008).

O *consentimento das partes* permite que as operações tenham liberdade política e de movimento para cumprir seus mandatos no país ou território para a qual é designada. Na ausência de consentimento, a operação corre o risco de se tornar apenas mais uma parte no conflito e, portanto, tal operação deve ter a capacidade analítica, política e operacional de lidar com as situações em caso de ausência ou rompimento do consentimento das partes, usando da força como último recurso.

Uma operação de paz também precisa implementar seu mandato sem favorecer ou prejudicar qualquer parte no conflito. A *imparcialidade* é crucial para a manutenção do

consentimento das partes beligerantes e não deve ser confundida com neutralidade ou inatividade. A imagem de imparcialidade não deve ser comprometida, mas uma missão também não pode temer a compreensão errônea de uma aplicação rigorosa da regra da imparcialidade, considerando o pressuposto de que a ação é bem fundada e que tenha sido comunicada adequadamente.

Já em relação ao *uso da força*, tal recurso só pode ser utilizado com a autorização do CSNU e com o consentimento do Estado em que a operação atua, como também das partes envolvidas no conflito. Isso acontece devido à proibição existente no Direito Internacional acerca do uso da força, que pode apenas ser justificado excepcionalmente com base no capítulo VII da Carta da ONU. Tal capítulo determina que o Conselho de Segurança das Nações Unidas pode tomar as medidas necessárias para estabelecer a paz em uma determinada região caso as medidas recomendatórias referentes à solução pacífica de conflitos do Capítulo VI não tenham eficácia. Além disso, o Capítulo VII estipula que os Estados possuem a prerrogativa de se utilizar da força quando estiverem sob um ataque armado que constitui um ato internacionalmente ilícito (PETRESKI, 2015).

Atualmente, algumas das Operações de Paz da ONU passam por grandes dificuldades. Muitas vezes, tais operações são implementadas em países com baixa infraestrutura e com linhas logísticas de suprimentos vulneráveis (UNITED NATIONS, 2015). Por exemplo, a missão da ONU no Mali luta para manter uma presença efetiva na zona de combate, enquanto sofre ataques de grupos extremistas. Na República Democrática do Congo, as operações se prolongam por 16 anos na tentativa de resolver conflitos regionais e locais, e recebeu recentemente um mandato para adotar táticas ofensivas (UNITED NATIONS, 2015). Em Darfur, a missão se desviou do propósito original e agora monitora o conflito na tentativa de construir a paz. No Sudão do Sul, a eclosão da guerra civil mudou o rumo das operações que então fortaleciam o país recém-independente, sendo que a proteção da população civil se tornou uma prioridade. Em todos esses casos, a ONU e seus parceiros não conseguiram o apoio político necessário para solucionar os conflitos e facilitar uma retirada responsável dessas missões (UNITED NATIONS, 2015).

Qual seria então o tipo de intervenção necessário para resolver cada conflito em suas circunstâncias específicas? Nem sempre o meio mais adequado é a implementação de uma operação extensiva com milhares de soldados. Uma resposta mais proporcional e rápida pode ter muito mais eficácia em algumas ocasiões (STAMNES e OSLAND, 2016). A implementação de um mandato precipitado e erros iniciais na tentativa de concretizar resultados rapidamente são

fatores que podem desestabilizar a missão durante toda a sua existência (STAMNES e OSLAND, 2016).

Outra questão a ser enfrentada é a tensão relacionada à divisão do trabalho dos Estados no auxílio às operações, sendo que alguns contribuem com tropas e outros com recursos. Além disso, os países que contribuem com as tropas também conflituam com o CSNU, sendo que algumas operações visionadas pelo CSNU são vistas como muito arriscadas pelos países que efetivamente correm o risco de perderem suas tropas em combate. A legitimidade e ausência de fé nas Operações de Paz podem ser comprometidas pela falta de contribuições militares dos membros permanentes do CSNU (STAMNES & OSLAND, 2016).

Como solução a tal desafio, Kofi Annan já previa que o futuro das Operações de Paz seria híbrido, ou seja, com a crescente participação de organizações regionais (como foi o caso da OTAN nos Bálcãs) e não somente países-membros das Nações Unidas. Tal medida evitaria, de certa forma, que os interesses dos Estados obscurecessem o objetivo da missão e, pior ainda, contribuíssem para a continuidade dos conflitos. Tema ainda muito debatido atualmente, as missões híbridas ainda sofrem com problemas de coordenação e interação entre as organizações participantes das iniciativas de manutenção da paz (PUGH, 2008).

Além disso, um dos maiores desafios das Operações de Paz é o combate aos abusos e explorações sexuais cometidas por funcionários das operações. Tais casos deploráveis de conduta são recorrentes e causam danos irreparáveis às vítimas e à imagem de tais operações nas regiões em que ocorrem, como também no contexto global. Novos sistemas de conduta e disciplina, além de uma política de tolerância zero, foram adotados, mas por si só não conseguiram resolver o problema (UNITED NATIONS, 2015).

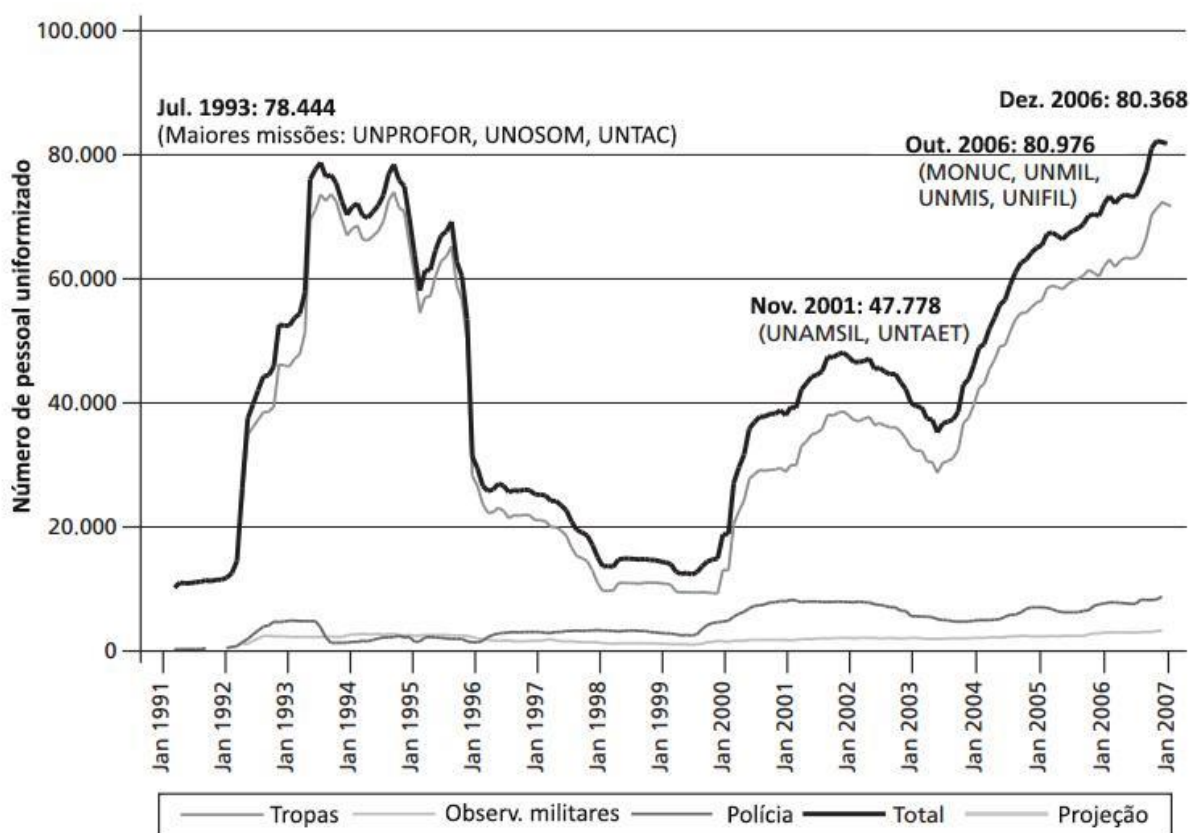
2.3. Propostas de reforma

Como forma de mitigar tais insuficiências, as Nações Unidas têm se engajado nas últimas décadas a promover uma série de reformas em seu mecanismo de manutenção da paz. Desde os anos 90, ficou evidente a limitação das missões de paz em colocar a segurança humana em primeiro lugar, vide os exemplos de Somália e Ruanda. A prioridade estava em satisfazer os interesses políticos e as questões ideológicas, reproduzindo a distribuição de poder no sistema global e, por conseguinte, gerando efeitos desastrosos a nível local (PUGH, 2008). Dentre as limitações, as

conceituais eram as mais preocupantes, já que davam margem a interpretações e aplicações que muitas vezes iam além do disposto nos mandatos e resoluções. É de se perder de vista o número de vezes em que o princípio do consentimento foi posto de lado pela responsabilidade de proteger, usada como pretexto para justificar um intervencionismo dito humanitário (e.g. Líbia, Sudão, Quênia e Síria).

Ao final dos anos 90, a ONU já havia reduzido seu contingente em missões de paz para aproximadamente um quinto do que havia no início da década. Tal retração mostrou o erro de cálculo e o despreparo da organização para atender à demanda de Operações de Paz voltadas aos conflitos intra-estatais. Elas se tornavam cada vez mais complexas e desafiadoras principalmente no que concerne ao desenho de estratégias efetivas de retiradas de tropas sem o comprometimento da estabilidade já garantida *in loco*, bem como à construção de capacidades locais e empoderamento comunitário para a manutenção da paz autonomamente (DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS [DPKO], [s.d.]).

Figura 1: Contingentes policiais e militares na Manutenção de Paz da ONU, 1991–2006



Fonte: Preparado pela Seção de Paz e Segurança do Departamento de Informação Pública das Nações Unidas em consulta ao Serviço de Planejamento Militar do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPI/2444, 22 de janeiro de 2007).

Assim, com a virada para o novo milênio, viu-se a necessidade de tornar as missões de paz mais bem equipadas e treinadas, situação que só seria garantida pelo aumento de tropas e pela maior contribuição dos países-membros da ONU ao orçamento destinado à manutenção da paz e segurança internacionais. A primeira das grandes propostas de reforma esteve condensada no chamado *Relatório Brahimi*, produzido por uma equipe de experts em prevenção de conflitos e manutenção e construção da paz. Ao longo de aproximadamente um ano, os experts se reuniram em um Painel sobre Operações de Paz que nomeou seu relatório final em homenagem ao presidente do Painel, Lakhdar Brahimi (DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS [DPKO] e DEPARTAMENTO DE APOIO ÀS ATIVIDADES EM TERRENO [DFS], 2015).

O Relatório Brahimi consiste em uma série de recomendações que giram em torno do desejo das Nações Unidas de tornar o *peacekeeping* mais flexível e robusto, ou seja, que a manutenção da paz traduzisse as necessidades reais de cada missão, envolvendo o pessoal em terra nas decisões e permitindo mandatos mais adaptados às realidades locais (PUGH, 2008). Para atingir tais objetivos, o Relatório conclamava os Estados membros das Nações Unidas a renovar seu compromisso político e financeiro com a organização, tendo em vista o suporte a um novo framework institucional que pouco a pouco se desenhava (DPKO, [s.d.]).

Por seu pioneirismo e importância, o Relatório Brahimi inspirou iniciativas mais específicas direcionadas ao cumprimento de suas disposições. Assim, desde 2000, ano de publicação do Relatório, as Nações Unidas viram crescer o número de fóruns destinados a discutir paz e segurança e, por conseguinte, acumulou propostas para o desenvolvimento futuro das Operações de Paz. O primeiro deles, feito em 2004, foi o *Painel de Alto Nível sobre as Ameaças, os Desafios e a Mudança* (em inglês, *High-level Panel on Threats, Challenges and Change*), que buscava novas abordagens para a segurança coletiva e ações para mitigação de vulnerabilidades a ameaças. O relatório final produzido, chamado “Um mundo mais seguro: a responsabilidade que compartilhamos” elenca seis grandes ameaças à segurança internacional durante o século XXI: pobreza; doenças infecciosas e degradação do meio ambiente; guerra e violência interna; proliferação e possível uso de armas nucleares, radiológicas, químicas e biológicas; terrorismo; e

crime organizado transnacional (HIGH-LEVEL PANEL ON THREATS, CHALLENGES AND CHANGE, 2004).

A seguinte das reverberações do Relatório Brahimi foi sentida na *Cúpula Mundial da ONU de 2005*, organizada com o objetivo de acompanhar os desdobramentos dos Objetivos do Milênio desde a Cúpula do Milênio, de 2000. No documento final da Cúpula, dentre diversas recomendações relacionadas à promoção de desenvolvimento, da segurança e dos direitos humanos, merecem destaque a criação da Comissão de Construção da Paz e a cunhagem do termo “responsabilidade de proteger” dentro do sistema Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 2005).

No ano seguinte, por iniciativa do Secretário-Geral Ban Ki-moon, foi produzido o documento “*Operações de Paz 2010*”, com análise de estratégias de médio prazo para a reforma do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (em inglês, *Department of Peacekeeping Operations - DPKO*). Ainda inserido no contexto de reformas impulsionados pelo Relatório Brahimi, em 2007 suas propostas passaram à fase de implementação: o Departamento de Apoio às Atividades em Terreno (em inglês, *Department of Field Support - DFS*) foi criado e Ban Ki-moon solicitou, ainda, o aumento do orçamento de ambos departamentos, que agora poderiam cuidar do crescente número e complexidade das missões de paz que se estruturavam à época (PUGH, 2008).

Pouco tempo depois, em 2008, foi lançada a *Doutrina Capstone*, que versa sobre princípios que devem ser seguidos pelos *peacekeepers* durante as Operações de Paz. Tendo como inspiração o Relatório Brahimi, a Doutrina toma para si a necessidade de adaptação dos mandatos ao terreno e permite lançar mão do Capítulo VII nos casos de ameaça à paz e segurança internacionais e da falha do Estado em manter a ordem pública. Entretanto, ela coloca como ressalva ao uso da força o respeito aos direitos humanos e o emprego de ações prévias para a construção da paz, principalmente no que tange à reconstrução socioeconômica dos países em conflito (FAGANELLO, 2013).

Apesar de não estar aglutinada em uma única fonte, a campanha onusiana de “*zero tolerância para abuso e exploração sexual por peacekeepers da ONU*” deve ser mencionada por representar a vanguarda de pressão política e ativismo visando reformas disciplinares para a culpabilização de perpetradores de violência sexual durante as Operações de Paz. Como exemplo de documentos que traduziram a urgência de discutir e resolver sobre esse tema, estão: Resolução SC/1325 de 2000, do Conselho de Segurança, sobre mulheres, paz e segurança (CSNU, 2000);

Relatório Zeid, de 2005, que propõe o engajamento de todos os Estados membros da ONU, mas principalmente os que contribuem com tropas para as missões, dentro de uma nova conduta e arquitetura disciplinar do *peacekeeping* (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS [AGNU], 2005); e também a Resolução A/RES/62/214, aprovada em 2008 pela Assembleia Geral, que conforma uma ampla estratégia das Nações Unidas para a assistência de vítimas de abuso e/ou exploração sexual por funcionários da ONU em Operações de Paz (AGNU, 2008).

Após o Relatório Brahimi, foi o processo nomeado “*Novo Horizonte*” que roubou a cena ao propor um novo programa de *peacekeeping* que avaliasse as necessidades presentes e fosse orientado para o futuro, e que, além disso, coloca o diálogo como principal ferramenta para a criação de uma visão comum sobre a manutenção da paz. Coordenado pelo DPKO e pelo DFS, o processo “Novo Horizonte” gerou resultados: houve a produção de mais programas de treinamento aos *peacekeepers*, a padronização de tarefas e capacidades dentro das missões, a facilitação na identificação dos requisitos para financiamento e a melhora nos processos de planejamento e apoio local às Operações de Paz (DPKO e DFS, 2015).

A última e mais recente das iniciativas foi estabelecida pelo Secretário-Geral em outubro de 2014 e se assemelha com a estrutura conformada para a produção do Relatório Brahimi. Após quase 15 anos desde a publicação do relatório supracitado, convocou-se experts de todo o mundo, sob a liderança de José Ramos-Horta, tendo como objetivo realizar uma avaliação ampla do framework de Operações de Paz das Nações Unidas nos últimos anos. Na próxima seção, será discutido o intuito do *Painel de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU (PANOP)* e suas repercussão regional na América Latina.

3. O PANOP na América Latina

3.1. Mandato e objetivos

O Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz das Nações Unidas (PANOP) foi criado em outubro de 2014 pelo Secretário- Geral Ban Ki-moon com o objetivo de revisar o estado atual das Missões de Paz da ONU e identificar as necessidades mais imediatas para o futuro das operações. Em sua declaração, no dia 31 de agosto de 2014, Ban Ki-moon afirmou que dentre os temas a serem abordados pelo Painel estão a natureza volátil dos conflitos; os mandatos em

mudança; os bons ofícios e desafios da manutenção da paz; os acordos gerenciais e administrativos; o planejamento; as parcerias; os direitos humanos e a proteção dos civis; e as capacidades uniformizadas e desempenho das operações de manutenção da paz (ONU, 2014). O Painel visa trabalhar principalmente por meio de consultas, workshops temáticos, revisão de literatura relevante, visitas e entrevistas. As consultas, em particular, foram realizadas com representantes dos Estados-membros, sociedade civil e academia em 5 cidades: Dhaka (Bangladesh), Addis Ababa (Etiópia), Cairo (Egito), Bruxelas (Bélgica) e Salvador (Brasil). Cada cidade correspondeu a uma região chave para o debate tendo Salvador sido escolhida para representar a América Latina e Caribe. Nas palavras de Jaques Wagner, ministro da Defesa e orador do discurso de abertura da reunião regional, “inclusão e representatividade constituem bases de um multilateralismo efetivo, que deve ser sensível à diversidade de percepções e opiniões em um tema tão importante quanto o futuro das Operações de Paz da ONU” (WAGNER, 2015).

Nesse contexto, passados 15 anos desde a revisão das Operações de Paz pelo relatório Brahimi, o qual ressaltou, principalmente, as necessidades "de se renovar o compromisso político dos Estados Membros da ONU, de fazer mudanças institucionais significativas e de aumentar o apoio financeiro em relação às missões de paz" (UN News Centre, 2014), se tornou evidente a necessidade de se reformar tais operações para que elas se adequassem às situações emergentes que desafiam sua efetividade. Nas palavras do Secretário-Geral, "o mundo está mudando e as Operações de Paz da ONU devem mudar com ele para que possam continuar a ser um instrumento indispensável e eficiente na promoção internacional da paz e da segurança" (ONU, 2014, tradução livre). Dessa forma, o PANOP é o primeiro Painel a examinar ambas as Operações de Paz e as missões políticas especiais, trabalhando conjuntamente com os Departamentos da ONU envolvidos nessas questões, com os Estados e com o sistema ONU como um todo.

Para aprimorar os resultados do Painel, consultas regionais foram realizadas em diversas regiões do mundo após o início de seus trabalhos. Acerca desse tema, José Ramos-Horta, Presidente do PANOP, declarou que o intuito de tais consultas se direciona

para ouvir mais do que falar, para ouvir os Estados-Membros, acadêmicos, sociedade civil sendo que para além da nossa própria experiência, vamos elaborar um relatório detalhado e de recomendação ao Secretário-Geral sobre a melhor forma de tornar a ONU mais crível e eficaz na prevenção de conflitos, proteger as mulheres e crianças, construir a paz e prosperidade sustentável para todos (RAMOS-HORTA, 2015).

A consulta regional à América Latina foi realizada nos dias 30 e 31 de março de 2015 na cidade de Salvador, Brasil, com o apoio dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, como também da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG). A reunião contou com participantes de 17 países da região, para além de seus 17 experts, assim como representantes de organizações tais como o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), o Ministério Público Militar (MPM), o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO), e personalidades acadêmicas e da sociedade civil. De forma coerente com o modelo de consulta idealizado pelo pronunciamento do Presidente José Ramos-Horta, os países latino-americanos, as organizações e os membros da sociedade civil expressaram suas perspectivas e sugestões na questão das operações de manutenção da paz e das políticas especiais da ONU. Também houve uma troca de experiências entre os contribuintes de tropas e de policiais para as missões de paz como forma de aprendizado acerca das lições a serem abstraídas das diversas situações complexas enfrentadas pelas operações de manutenção da paz na região latino-americana e no mundo.

Conforme o Painel aprofundava suas revisões acerca das Operações de Paz, tornou-se uma preocupação perceber que, contrariamente aos ganhos conquistados durante os anos 1990 - a despeito de situações como a Guerra Civil de Ruanda ou os conflitos na ex-Iugoslávia -, o número de Estados que se viam envolvidos em conflitos armados estava crescendo novamente. Isto é, o histórico das Nações Unidas e da comunidade internacional como um todo em auxiliar certos países e regiões a sustentar e intensificar processos de paz não estava se mostrando adequado (ILITCHEV, 2015). Constatando, então, que essas Operações de Paz da ONU tinham de realizar um grande esforço para atingir os seus objetivos, o Painel procurou discutir mudanças que traziam adaptações às novas circunstâncias do século XXI e que, dessa maneira, asseguravam uma maior efetividade para as medidas tomadas.

Vale notar também que o Painel enfrentou em 2015 problemas semelhantes aos enfrentados pela comunidade internacional quando o relatório Brahimi foi confeccionado. Notou-se, no âmbito dos dois painéis, que o envolvimento da ONU gera relutância e desconfiança nos governos que abraçam Operações de Paz, assim como também provoca a sensação de que as forças de *peacekeeping* não compartilham os mesmos treinamentos e noções de interesse nacional daqueles que vivem nos territórios supervisionados (ARNAULT, 2015). Um outro fator de fundamental importância no âmbito dos debates realizados no Painel foi o reconhecimento de que a proteção de civis - obrigação central das atividades da ONU - era uma das áreas que mais enfrentam falhas

ao longo dos últimos anos (GOUR; SHARLAND, 2016), o que permite notar que os problemas existentes no tocante às Operações de Paz são crônicos e demandam soluções alternativas para contê-los. Assim, seguindo as propostas de revisão, é essencial que os resultados alcançados pelo Painel não deixem passar em branco os seguintes temas: uso da força e princípios do *peacekeeping*; definição de *peacebuilding*; mediação de conflitos; proteção a civis; e o desafio de resguardar e manter a paz em um território marcado por violência e guerra.

3.2. Eixos de discussão

Abaixo serão apresentados os principais eixos de discussão do PANOP, acompanhados de sugestões de subtemas que devem ser preferencialmente tratados pelos delegados:

- **Painel de abertura:** *O PANOP, sua atuação e propostas para América Latina e Caribe*
 - Conceder os discursos de abertura;
 - Iniciar a discussão sobre a agenda e sobre propostas que possam figurar no Relatório.

- **Painel 1:** *A evolução das tendências de Paz e Segurança no Haiti*
 - Quais são as principais tendências de Paz e Segurança no Haiti?
 - Quais são as repercussões das tendências de segurança no Haiti globalmente?
 - Quais riscos e oportunidades estas tendências apresentam para mulheres?
 - Qual papel a região latino-americana e caribenha pode fazer para tratar estas tendências de paz e segurança?
 - Quais são as implicações para as missões de paz e missões políticas especiais das Nações Unidas?

- **Painel 2:** *Desafios e recomendações aos países que contribuem com tropas e contingente policial à MINUSTAH*
 - Discutir as principais experiências dos países latino-americanos e caribenhos quanto ao fornecimento de tropas e contingente policial à MINUSTAH;

- Buscar maneiras mais efetivas de as missões, especialmente a MINUSTAH, se adequarem aos crescentes desafios e ameaças para a manutenção da paz e segurança internacionais;
 - Questionar as visões regionais quanto os mandatos que versam sobre proteção de civis, uso da força e uso de tecnologia nas missões de paz e aplicar tais visões no contexto haitiano.
- **Painel 3:** *Em busca de melhor operacionalização da MINUSTAH: visões sobre capacidades e preparo das tropas*
 - Investigar maneiras de melhorar a seleção, a preparação e o treinamento de tropas e contingentes policiais para que o engajamento operacional seja o mais completo possível na MINUSTAH;
 - Repensar as necessidades das tropas e contingentes policiais no que tange às capacidades empregadas para a implementação do mandato da MINUSTAH e a proteção contra possíveis ameaças;
 - Avaliar a relação entre o apoio das Nações Unidas e as tropas e contingentes policiais no Haiti;
 - Fazer um balanço sobre as lições aprendidas pelos países que contribuem/contribuíram com contingentes à MINUSTAH.
 - **Painel 4:** *Combinando segurança com desenvolvimento: o exemplo da MINUSTAH*
 - Quais são os ensinamentos a serem aprendidos com o envolvimento da América Latina e Caribe na MINUSTAH?
 - Esses ensinamentos podem ser usados de maneira efetiva em outras áreas de mobilização?
 - Quais foram as experiências e ensinamentos aprendidos com a MINUSTAH em termos de combinar segurança e desenvolvimento?
 - Quais são os ensinamentos-chave da resposta ao terremoto no Haiti para outras missões de manutenção de paz e missões políticas especiais das Nações Unidas?
 - Quais ensinamentos podem ser identificados a partir da transição em andamento no Haiti?

- **Painel 5:** *Mulheres, Paz e Segurança no Haiti: desafios e recomendações*
 - Quais foram os sucessos e os desafios no tocante à implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança em missões de manutenção de paz e missões políticas especiais das Nações Unidas na América Latina e Caribe?
 - Que papel as missões de manutenção de paz e missões políticas especiais das Nações Unidas podem desempenhar para reduzir ou eliminar a violência sexual relacionada ao conflito?
 - Como podem as políticas atuais das Nações Unidas para tratar conduta, disciplina e abuso e exploração sexual (AES) ser melhoradas?
 - Como podem os países contribuidores de tropas (PCT) e os países contribuidores de policiais (PCP) aumentar o número de mulheres mantenedoras da paz, incluindo em posições de comando?

- **Painel 6:** *Construção de Paz no Haiti: incentivando cooperação e eficácia*
 - Quais são os desafios da reintegração a longo prazo: ex-combatentes, refugiados e pessoas deslocadas internamente? Quais são os ensinamentos aprendidos?
 - Como lidar com o passado e com o futuro? Verdade, reparações, justiça e o caminho para a reconciliação nacional.
 - A política da paz: inclusão é a chave?
 - Como lidar com o desafio de motivações continuadas dos conflitos: questões sociais, econômicas, culturais e políticas? Quais prioridades de desenvolvimento podem melhor assegurar a paz sustentável?

- **Painel de encerramento:** *Balanços e desafios futuros da MINUSTAH*
 - Apresentar e compilar os documentos produzidos em cada sessão em um único, sob o formato de Relatório e votá-lo;
 - Conceder os discursos finais.

3.3. Participantes

Jaques Wagner, Ministro da Defesa, Brasil

O então Ministro da Defesa da República Federativa do Brasil começou sua carreira política em 1973 ao atuar no movimento estudantil universitário contra o regime militar. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e o seu primeiro presidente no estado da Bahia. Eleito três vezes para a Câmara dos Deputados (1990, 1994, 1998), e duas vezes como governador da Bahia (2006, 2010), lidou recentemente com uma das maiores crises políticas de sua carreira durante uma greve de policiais militares que aumentou significativamente o número de crimes cometidos em território baiano, o que gerou certa insegurança em relação ao seu governo.

Em relação à sua participação no Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, o ministro visa enfatizar a proteção e também a participação das mulheres nas operações de paz, de modo a combater a violência de gênero. Um outro ponto importante do posicionamento do Ministro é o incentivo à discussão de temas práticos, tais como a questão orçamentária, e a contribuição para o debate desses temas que podem ser abstraídos das lições baseadas na atuação da missão de estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH), que tem sido comandada pelo Brasil há mais de dez anos.

Links

úteis:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-12/atual-governador-da-bahia-jaques-wagner-sera-ministro-da-defesa>

<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/apos-dez-dias-de-greve-da-pm-bahia-registra-153-mortes-20120210.html>

http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/pronunciamentos/ministro/marco/revisao_das_operacoes_de_paz_da_onu.pdf

Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Vice-Ministro de Assuntos Políticos, Ministério das Relações Exteriores, Brasil

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Paranhos ingressou na carreira diplomática em 1971 e trabalhou desde então principalmente com questões relacionadas à agricultura, comércio e economia. Foi nomeado assistente da Divisão de Política

Comercial do Itamaraty em 1973, logo após se formar no curso de preparação à carreira diplomática. Promovido para o cargo de segundo secretário em 1976 e, posteriormente, a primeiro secretário em 1979, trabalhou nas embaixadas do Brasil em Paris e depois na Venezuela até o ano de 1983, no qual retornou à Divisão de Política Comercial como assistente e chefe substituto. Nos anos subsequentes trabalhou também como assessor do Departamento Econômico (1984) e assessor do Gabinete do ministro das Relações Exteriores (1985). Em 1985 se tornou conselheiro, e no ano seguinte assumiu o cargo de Divisão da Europa II e secretário executivo do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (Coleste). Retornou ao Instituto Rio Branco em 1988 para realizar o curso de altos estudos e escreveu o trabalho “A política brasileira de informática e suas repercussões no plano externo”.

No início da década de 1990 atuou como chefe substituto do Departamento da Europa e, posteriormente, como chefe de delegação da X Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria até se tornar ministro de segunda classe em 1992. Foi então nomeado ministro-conselheiro e representante altermo do Brasil junto à Food and Agriculture Organization (FAO), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, na embaixada brasileira em Roma. Após exercer suas funções como presidente do grupo latino-americano da FAO (1993), se tornou ministro-conselheiro da Delegação Permanente em Genebra (1995), presidente do Comitê de Subsídios da Organização Mundial do Comércio (1998) e chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (1999). Ainda em 1999 foi promovido a primeiro secretário e assumiu o posto de assessor especial do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Na primeira década do novo milênio atuou em diversos cargos, entre eles: subsecretário-geral do Serviço Exterior (2002), embaixador e representante altermo da Delegação Permanente em Genebra (2003), presidente da UNCTAD – Conferência Negociadora do novo Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais (2004), chefe de delegação na 10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura (2005), coordenador para o tema Minas Antiveículos no Desarmamento – Convenção sobre Certas Armas Convencionais (2006), chefe altermo de delegação da 94ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho (2006), chefe altermo de delegação e coordenador do Grupo Governamental do Conselho de Administração da OIT da 95ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho (2006), membro (segundo mandato) do Conselho de Administração do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR) (2007), coordenador para o tema Garantias Negativas de Segurança na Conferência de

Desarmamento (2007) e vice-presidente governamental da 96ª Sessão da Conferência Internacional do trabalho (2007), embaixador do Brasil na Rússia, Geórgia e Uzbequistão (2008). Atualmente atua como Vice-Ministro de Assuntos Políticos no Ministério das Relações Exteriores.

Em relação ao PANOP, o embaixador tem grande preocupação com o caráter multidimensional das operações de paz, visto que, em suas palavras, “não se pode priorizar só a paz e negligenciar o avanço da nação”, sendo necessário proteger os pilares essenciais das operações de paz: a segurança, o fortalecimento institucional, a reconciliação nacional e o desenvolvimento. Além disso, como representante do Itamaraty no PANOP, espera-se que Paranhos atue de acordo com as diretrizes que guiam a política externa brasileira no âmbito das operações de paz da ONU, entre elas (1) a promoção do desenvolvimento com o intuito de garantir a segurança efetiva e a paz sustentável; (2) a prevenção dos conflitos e a solução pacífica de controvérsias; (3) a implementação das operações de paz somente por intermédio do consenso dos países que irão recebê-las. O intuito desse posicionamento brasileiro é o de superar os problemas que se encontram na base dos conflitos, que muitas vezes estão envolvidos com questões sociais e econômicas tais como a pobreza e a ausência de prestação de serviços básicos.

Dessa forma, considerando a vasta experiência do embaixador acerca dos vários aspectos do desenvolvimento econômico e social, seu posicionamento se direciona no sentido de evidenciar as consequências geradas pelas operações de paz nas sociedades que elas visam estabilizar e como essa interação pode garantir uma paz efetiva e duradoura.

Links úteis:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paranhos-carlos-antonio-da-rocha>

<http://www.assuntosmilitares.jor.br/2015/03/brasil-sedia-painel-sobre-operacoes-de.html>

<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/03/brasil-sedia-painel-sobre-operacoes-de-paz-da-onu>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/143-o-brasil-e-a-consolidacao-da-paz>

José Ramos-Horta, Presidente do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz

Nascido em Timor Leste e educado por uma missão da Igreja Católica Romana, Ramos-Horta começou sua carreira como jornalista em 1969. Foi co-fundador da Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste (FRETILIN), que proclamou a independência em relação à Portugal em 1975 e estabeleceu a República Democrática de Timor-Leste. Ramos-Horta foi nomeado ministro de Relações Exteriores do país recém-criado e foi mandado ao exterior para ganhar o apoio da comunidade internacional em relação à independência de seu país. Três dias após deixar Timor-Leste, a Indonésia invadiu e ocupou a ilha, matando vários inocentes no processo, incluindo três dos irmãos de Ramos-Horta. Ao chegar em Nova Iorque, conseguiu o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que emitiu uma resolução requisitando a retirada das tropas indonésias.

De 1975 a 1999, Ramos-Horta atuou como representante permanente da FRETILIN na ONU, sendo o mais novo diplomata da história de toda a organização. Em 1990 se mudou para Sidney, Austrália, e fundou o Programa de Treinamento Diplomático na Universidade de Nova Gales do Sul. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz no ano de 1996 pelo seu “trabalho para a solução justa e pacífica do conflito em Timor-Leste” (tradução livre). Em seguida, retornou para o seu país de origem, onde foi recebido por milhares de timorenses no aeroporto e foi nomeado ministro das Relações Exteriores e da Cooperação (2002). Em 2006 se tornou Primeiro Ministro de Timor-Leste e, no ano seguinte, foi eleito presidente com 70% dos votos válidos. Sobreviveu com ferimentos de uma tentativa de assassinato em 2008, cometida por um grupo de soldados rebeldes.

Posteriormente coordenou o Gabinete Integrado para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) como presidente e representante especial do Secretário-Geral. Ramos-Horta acredita na necessidade de manter a neutralidade das operações de paz diante de situações complexas e voláteis, sendo assim necessário enfatizar as ações preventivas da ONU e fortalecer a cooperação com os atores e organizações influentes na região de conflito. A base de influência construída cuidadosamente pelo Presidente do PANOP durante o longo período que advogou em favor da causa timorense e as vantagens diplomáticas agregadas ao seu Prêmio Nobel da Paz são fatores que condicionam um maior apoio político e uma melhor aceitação da comunidade internacional das recomendações que serão adotadas pelo PANOP.

Links úteis:

<http://www.un.org/press/en/2014/sgsm16301.doc.htm>

<https://theglobalobservatory.org/2015/10/peace-operations-jose-ramos-horta-hippo/>

<http://ramoshorta.com/president-jose-ramos-horta/biography-president-jose-ramos-horta/>

Youssef Mahmoud, Conselheiro Sênior, Instituto Internacional da Paz

Atualmente Conselheiro Sênior no Instituto Internacional da Paz (IPI), Mahmoud auxilia tanto as regiões da África e do Oriente Médio, como também os programas relacionados às operações de paz e a mediação e prevenção de conflitos. Antes de se aposentar da ONU em 2011, atuou como representante especial do Secretário-Geral e presidente na Missão da ONU na República Central Africana e Chad (MINURCAT). No período de 2007 a 2009, ocupou o cargo de representante executivo do Secretário-Geral e presidente do Gabinete Integrado para a Consolidação da Paz em Burundi (BINUB).

Anteriormente a essas funções Mahmoud serviu em diversos outros cargos altos, em especial como Coordenador Residente da ONU na Guiana, Diretor do Departamento da ONU de Assuntos Políticos, e Presidente do Gabinete do Sub-Secretário-Geral para Assuntos Políticos. Simultaneamente à sua atuação como membro do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, Mahmoud também exerce as funções de membro do Estudo Global sobre o cumprimento da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, Mahmoud possui doutorado em Linguística pela Universidade de Georgetown, escreve periodicamente sobre transições políticas na África e auxilia várias organizações não governamentais nos EUA e na Tunísia.

Links

úteis:

<http://www.un.org/press/en/2014/sgsm16301.doc.htm>

<https://www.ipinst.org/by/youssef-mahmoud>

Professor Doutor Antônio Jorge Ramalho, Conselheiro do Ministério da Defesa do Brasil

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1989), mestre em Ciência Política pelo IUPERJ (1992) e em Relações Internacionais pela Maxwell School of Citizenship and Public Affairs - Syracuse University (1999), e doutor em Sociologia pela

Universidade de São Paulo, Ramalho é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, e também dirigiu o Departamento de Cooperação do Ministério da Defesa e a implantação do Centro de Estudos Brasileiros no Haiti. Sua pesquisa científica é centrada nas áreas de Teoria das Relações Internacionais, Segurança Internacional, Defesa Nacional e Política Externa dos Estados Unidos da América.

Ramalho acredita que as operações de paz da ONU têm se fortalecido, e que a atuação brasileira nessas operações tem aumentado, principalmente em relação à contribuição financeira e ao comprometimento em reconstruir o Haiti. Ele também assinala que existe uma certa divisão internacional do trabalho na manutenção das operações de paz. Por um lado, os membros permanentes do Conselho de Segurança e as maiores economias financiam majoritariamente as operações de paz. Por outro lado, os países em desenvolvimento enviam a maior parte do pessoal.

Links

úteis:

<http://www.segurancainternacional.com.br/Antonio-Jorge-Ramalho-da-Rocha.html>

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100622_boletim_internacional02_cap8.pdf

Monica Hirst, professora de Estudos Internacionais, Universidad Torcuato Di Tella

Monica Hirst, brasileira de ascendência norte-americana, nascida em 1952, é professora de Relações Internacionais na Universidad Torcuato Di Tella, em Buenos Aires, Argentina. Hirst obteve sua graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e doutora em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lecionou nas Universidades de Stanford e Harvard.

Hirst tem uma carreira acadêmica extremamente ampla, tendo participado de inúmeros projetos em parceria com instituições de renome, inclusive o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – sendo autora de diversas publicações tratando de Relações Internacionais e questões de Segurança. Monica já participou como consultora em dois projetos do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

A professora tem predileção por temas relacionados à política externa latino-americana - em especial a brasileira e argentina, as quais foram seus objetos de estudo e dissertação em diferentes ocasiões – e seus desdobramentos. Seu conhecimento quanto às relações diplomáticas latino-americanas e envolvimento destes atores em questões de Segurança será de grande contribuição aos debates.

Links úteis:

- <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoam/monica-hirst>
- <http://www.iea.usp.br/pessoas/CVMonicaHirst.pdf>
- <http://politicaexterna.com.br/autor/monica-hirst/>
- http://www.utdt.edu/ver_contenido.php?id_contenido=7092&id_item_menu=13917
- http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2036/1/TD_1869.pdf
- https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/118088/mod_resource/content/1/Hirst%20%20Pinheiros.pdf

Tenente-General Carlos Alberto dos Santos Cruz, Comandante da Força, MONUSCO

Carlos Alberto dos Santos Cruz nasceu no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, em junho de 1952. É General do Exército Brasileiro, graduado na Academia Militar das Agulhas Negras e também graduado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Sua carreira militar se iniciou em 1968 quando ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, tendo atingido o posto de General em 2004. Já ocupou diversos cargos e postos no Exército Brasileiro, inclusive o de adido militar junto à Embaixada Brasileira na Federação Russa.

Em 2006, o General foi indicado para comandar a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH, em francês), na qual permaneceu até 2009, quando foi substituído por Floriano Peixoto Vieira Neto. No Haiti se tornou reconhecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela sua atitude assertiva e determinação em correr riscos. Seu desempenho na tomada da favela Cité Soleil, em Porto Príncipe, chamou a atenção das Nações Unidas. Ao retornar ao Brasil, quando terminou sem mandato no Haiti, serviu como assessor especial do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, entre 2012 e 2013.

Cruz foi apontado em 2013 pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para comandar a Missão de Paz da ONU na República Democrática do Congo, a MONUSCO, auxiliando as tropas locais e internacionais a combater centenas de grupos rebeldes que atuam no país e trazer estabilidade para a nação. O General é conhecido pelo seu progresso e liderança das forças sob o estandarte azul das Nações Unidas, atingindo feitos notáveis no combate a milícias congolenses tais como o grupo M23. Carlos Alberto defende que as tropas de paz das Nações Unidas devem ser firmes e utilizar da força sempre que necessário, principalmente no combate a grupos paramilitares e também na busca por um acordo político. Ele defende a cooperação internacional e local para o sucesso das missões de paz da ONU.

Devido ao seu grande vínculo com a MINUSTAH e experiências com Missões de Paz das Nações Unidas, o General Carlos Alberto tem muito a oferecer para as reuniões do PANOP. Espera-se que Cruz mantenha grande colaboração com os demais comandantes militares do Painel e que seu conhecimento de campo possa contribuir para melhorias nos processos de *peacekeeping* e *peacebuilding* promovidos pela Organização das Nações Unidas.

Links úteis:

- <http://www.un.org/press/en/2013/sga1407.doc.htm>
- <http://www.defesaaereanaval.com.br/na%CC%83o-acredito-em-conflito-etnico-no-congo-diz-general-brasileiro/>
- http://istoe.com.br/362169_UM+BRASILEIRO+NO+CORACAO+DAS+TREVAS/

Peter Due, Diretor, Divisão de Europa, América Latina e Oriente Médio do Departamento de Operações de Peacekeeping das Nações Unidas (DPKO)

Peter N. Due, dinamarquês, é diretor da divisão de Europa, América Latina e Oriente Médio do Departamento de Operações de Peacekeeping (DPKO) das Nações Unidas, cargo que ocupa desde 2013. Ele detém graduação nas áreas de Filosofia, Política, Economia e Relações Internacionais nas Universidades de Oxford, Genebra e Copenhagen. Anteriormente à sua entrada nas Nações Unidas, Peter serviu o Ministério de Relações Exteriores do Reino da Dinamarca como Chefe de Seção e também trabalhou na embaixada dinamarquesa na Eritreia. Due também é representante do Secretário-Geral e chefe do Escritório das Nações Unidas em Belgrado, Sérvia.

Peter possui ampla experiência em missões de paz das Nações Unidas. Sua carreira internacional se iniciou em trabalhos com políticas de Asilo, Refugiados e Migração e, em seguida, na Comissão de Governança Global em Genebra. Ele também já teve atuações em campo em diversas missões, incluindo como Líder de Equipe na África Ocidental e Líder de Equipe para Europa e América Latina. Due já atuou como Oficial de Assuntos Políticos no Kosovo como membro da UNMIK e em Serra Leoa, na UNAMSIL. Ainda, atuou como Oficial de Assuntos Humanitários na Libéria, como parte da UNOMIL. Entre 2009 e 2013, foi Assistente Especial do Sub-Secretário-Geral para Operações de Paz e Chefe de Escritório do DPKO.

Desde que ocupou seu cargo na Sérvia, Peter Due tem tido grande envolvimento nas questões balcânicas, especialmente o conflito no Kosovo, que tem chamado a atenção internacional nas últimas décadas. Durante reunião em Sarajevo, em 2015, ele afirmou que a manutenção da paz enfrenta quatro grandes desafios na atualidade:

1. Assegurar que a manutenção da paz possa entregar mudança política significativa;
2. Proteger a missão e civis ao passo que mantém o uso da força como último recurso;
3. Providenciar meios suficientes para implementar mandatos, incluindo bom treinamento;
4. Desenvolvimento mais rápido do que o padrão atual de seis meses. (UNDP, 2015)

Due tem extremo conhecimento sobre Missões de Paz, especialmente no que tange a seus aspectos políticos, e por isso tem muito a acrescentar nas discussões do PANOP.

Links úteis:

- <http://www.unmikonline.org/Pages/Leaders/Leaders-Due.aspx>
- <http://www.hr.undp.org/content/croatia/en/home/presscenter/articles/2015/06/03/enhancing-participation-of-western-balkan-countries-in-un-peacekeeping-operations-.html>
- <http://www.osce.org/pc/166371>

Ameerah Haq, Vice Presidente do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz

Ameerah Haq serve como vice-presidente do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz. Nascida em Bangladesh, Haq se aposentou recentemente após uma carreira de 38 anos no âmbito da Organização das Nações Unidas, que lhe forneceu ampla experiência

relacionada a desenvolvimento básico, resolução de conflitos e liderança política em missões de manutenção de paz. Com a notícia de sua aposentadoria, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, expressou “gratidão tremenda” a Haq, “por seu serviço extraordinário” que incluiu um leque amplo de atividades humanitárias, para o desenvolvimento e para a manutenção da paz em países tais como Timor-Leste, Sudão, Afeganistão, Malásia e Laos.

Após completar o ensino primário em colégios missionários em Daca (Bangladesh) e Shillong (Índia), Haq obteve um bacharelado em Artes na Western College for Women, em Oxford, Ohio. Em seguida, fez mestrado em organização e planejamento comunitário na Universidade de Columbia e em administração de negócios na Universidade de New York. Haq iniciou sua carreira na ONU em 1976, como Junior Professional Officer em Jacarta, Indonésia, tendo exercido diversos cargos desde então. Cabe destacar que Haq foi nomeada Representante Especial Adjunta do Secretário-Geral no Sudão, assim como Coordenadora Residente das Nações Unidas e Coordenadora Humanitária para o Sudão (2007-2009), tendo anteriormente exercido as mesmas funções para o Afeganistão (2004-2007). Após, foi nomeada pelo Secretário-Geral sua Representante Especial no Timor-Leste e Chefe da UNMIT (2009), ao que se seguiu sua nomeação como subsecretária-geral responsável por prover logística e apoio de campo para as missões de manutenção de paz da ONU – as quais envolvem 122,485 pessoas divididas entre tropas, polícia e observadores militares – cargo com o qual se aposenta.

No tocante à manutenção da paz, Haq declarou, em uma entrevista para seu escritório na sede da ONU, que o alcance da paz a longo prazo depende de que a segurança esteja relacionada à melhoria da vida das pessoas; o que, por sua vez, requer comprometimento para que as missões sejam mantidas, em vez de encerradas prematuramente (CROSETTE, 2014). Do contrário, o país retornará a uma situação de conflito. Dessa forma, em relação à sua atuação no PANOP, Haq informou que irá estimular o restante do Painele a pensar em longo prazo. Além disso, Haq afirmou que tempo e dinheiro são frequentemente o que mais falta aos especialistas em desenvolvimento pós-conflito, no sentido de que, quando o programa não dispõe de contribuições diretas dos Estados-membros e, portanto, depende de doações voluntárias, é preciso mostrar melhoras substantivas aos doadores em um espaço de tempo menor que o necessário para construir as capacidades locais (CROSETTE, 2014). Espera-se, por fim, que Ameerah Haq mantenha bastante sinergia com o presidente do PANOP, José Ramos-Horta, uma vez que ambos puderam se conhecer bem durante os três anos (2009-2012) em que Haq liderou a Missão Integrada da ONU

no Timor-Leste (UNMIT) e Ramos-Horta era o presidente timorense.

Links úteis:

- <http://www.passblue.com/2014/12/15/ameerah-haq-ive-had-a-great-run-40-years/>
- <http://reliefweb.int/report/timor-leste/un-sg-appoints-ameerah-haq-bangladesh-special-representative-timor-leste>
- <http://www.thehindu.com/news/international/world/top-un-official-ameera-haq-resigns/article6215679.ece>
- <http://www.un.org/press/en/2009/sga1206.doc.htm>

General Luis Paul Cruz, Diretor, Escritório para Parcerias Estratégicas para Operações de Paz, Departamento para Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO)

O General Luiz Guilherme Paul Cruz participará do PANOP enquanto diretor do Escritório para Parcerias Estratégicas para Operações de Paz da ONU. Sua defesa da iniciativa de reformulação do manual da ONU sobre operações de paz deriva de seu entendimento de que as missões “requerem cada vez mais informações doutrinárias e são fruto do trabalho de milhares” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015b). Paul Cruz também afirma ser constante o desafio, enfrentado pelos soldados, “de se manter dentro das regras de engajamento e de uma conduta com restrições, pensando no lado humano das questões que envolvem [determinada] região de conflito” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015b). Ainda segundo o general, tal desafio “requer, por parte das tropas, uma grande preparação e grande atenção para toda a cadeia de comando, no sentido de bem poder fazer com que o mandato do Conselho de Segurança seja cumprido” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015b). Paul Cruz também considera os conflitos intraestatais – assim como os diversos atores e agendas que eles envolvem – e os Estados falidos desafios adicionais a serem enfrentados pelas tropas responsáveis por fazer com que os respectivos mandatos do Conselho de Segurança sejam efetivados (RÁDIO ONU, 2015).

Nascido no Brasil, o General Paul Cruz já atuou também como Comandante da Força da MINUSTAH, substituindo o General Floriano Peixoto em 2010. Na ocasião de sua designação como Comandante da Força, o serviço de disseminação de informações da ONU publicou que o general traria com ele sua experiência operacional e de liderança extensiva quando assumisse suas responsabilidades para com a MINUSTAH. No tocante à progressão de sua carreira militar, Paul

Cruz ingressou no Exército brasileiro em 1972 e graduou-se como oficial de infantaria em 1978, tendo exercido um número de posições superiores de comando e de equipe. Como coronel, comandou o Batalhão da Polícia Militar em Brasília, de 2002 a 2003. Em 2008, lhe foi designado o comando do Batalhão Brasileiro na MINUSTAH. No mesmo ano, o General Paul Cruz recebeu o Comando da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, posição que ocupou até retornar à MINUSTAH como Comandante da Força.

Acerca de seu primeiro contato direto com a MINUSTAH, enquanto comandante do Batalhão Brasileiro, Paul Cruz considera ter tido uma visão mais operacional, mais próxima do terreno, e que lhe permitiu trabalhar mais próximo às pessoas. Durante seu período como Comandante da Força, por outro lado, o general reforça que sua equipe teve o papel adicional de apoiar o lado humanitário da missão, além de trabalhar com a questão da segurança no Haiti, uma vez que assumiu o posto pouco após o terremoto de 2010. O desastre natural levou ao surgimento de diversos campos de deslocados, em relação aos quais coube ao contingente militar da MINUSTAH, junto com o componente policial da missão, assegurar que a ajuda humanitária, vinda de organizações não-governamentais ou de organizações ligadas e coordenadas pela ONU, pudesse atuar sem problemas nesses campos. Sobre sua experiência enquanto Comandante da Força, Paul Cruz considera, ainda, que esforços em prol da melhoria da infraestrutura local, como a cooperação com a engenharia para a desobstrução de ruas e canais, foram fundamentais para atenuar a fase seguinte ao trauma ocorrido pelo terremoto (RÁDIO ONU, 2015).

Links úteis:

- <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/18586/Militares-trocam-experiencias-e-apontam-desafios-enfrentados-em-missoes-de-paz-da-ONU-/>
- <http://www.un.org/press/en/2010/sga1225.doc.htm>
- <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/05/entrevista-general-paul-cruz/#.WCVJRCRoDWk>

Coronel Ricardo Vendramin, Comandante, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)

No PANOP, o coronel Ricardo Vendramin representará o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), responsável pela preparação de militares e civis para missões

humanitárias e de segurança em regiões de conflito. O Centro, localizado no Rio de Janeiro e com certificado do DPKO, realiza cursos, estágios preparatórios e programas de intercâmbio com países amigos. O treinamento do CCOPAB direcionado à MINUSTAH é focado em operações de combate e do tipo polícia (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015a). Além do preparo para as tropas direcionadas ao Haiti, o Centro também se responsabiliza pela preparação dos militares da Marinha da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-Unifil).

De acordo com o coronel Vendramin, o CCOPAB capacitou 3.059 pessoas em 2014, incluindo 97 militares estrangeiros – estes vindo majoritariamente da América Latina, mas também dos Estados Unidos, do Canadá e do Reino Unido, entre outros países. O coronel considera ser necessário que os soldados saibam neutralizar sem matar, fazendo um uso mínimo e proporcional da força (DEUTSCHE WELLE, 2014). Para isso, o Centro conta com um simulador de tiros em que os oficiais devem decidir, em poucos segundos, entre utilizar o spray de pimenta, bala de borracha ou fuzil. Adicionalmente, também são ministradas aulas sobre o contexto histórico e cultural dos países de destino das tropas. Este preparo se distingue por ser voltado a situações em áreas urbanas, como é o caso do Haiti, onde é mais difícil diferenciar civis de combatentes. Acerca da diminuição do número de militares (de 5.021 para 2.370) trazida pela renovação do mandato da MINUSTAH, Vendramin afirma que o CCOPAB não corre risco de ser fechado, uma vez que o Brasil possui um compromisso com a ONU e por isso deve manter uma quantidade de pessoal treinado para outras missões de paz além a MINUSTAH (DEUTSCHE WELLE, 2014).

Além de sua atuação em prol da capacitação das tropas direcionadas à MINUSTAH, o coronel Vendramin também mantém contato com a situação de jornalistas em áreas de conflito, tendo ministrado palestra no 3º curso de Jornalismo em Áreas de Conflito Armado e outras Situações de Violência. Nesta ocasião, salientou que uma postura parcial por parte dos jornalistas cobrindo situações de conflito pode lhes transformar em alvos. Acima de tudo, reforçou que o Exército passou a adotar uma postura mais aberta em relação à imprensa, afirmando ser preferível que os jornalistas critiquem duramente o Exército em vez de publicarem algo sem os consultarem, e lembrando que os jornalistas convidados para cobertura pelo Exército têm suporte estratégico da instituição (ABRAJI, 2008).

Links úteis:

- <http://www.dw.com/pt-br/miss%C3%A3o-no-haiti-torna-brasil-refer%C3%Aancia-em->

[treinamento-de-for%C3%A7as-de-paz/a-18141833](http://www.peaceopstraining.org/videos/351/una-conversacion-con-coronel-ricardo-vendramin-nunes-brasil/)

- <http://www.peaceopstraining.org/videos/351/una-conversacion-con-coronel-ricardo-vendramin-nunes-brasil/> (entrevista em vídeo, em espanhol)

General Floriano Peixoto, ex-Comandante da Força da MINUSTAH

A contribuição do general Floriano Peixoto para o PANOP vem de sua relação estreita com a história da MINUSTAH. Tenente-general aposentado que serviu no Exército por mais de 40 anos (1973-2014), Peixoto foi Chefe de Operações do primeiro contingente de soldados brasileiros no Haiti, em 2004. Cinco anos depois, o general retornou ao Haiti como Comandante da Força da MINUSTAH, cargo que exerceu de 2009 a 2010 até passar o bastão para o general Luís Paul Cruz. Foi em janeiro de 2010, durante seu comando, que o Haiti foi assolado pelo terremoto. Além das perdas humanas, o desastre dificultou a atuação da MINUSTAH e prejudicou o progresso atingido em determinadas áreas nos seis anos anteriores.

Na ocasião de sua nomeação como Comandante da Força, a ONU exaltou sua ampla experiência operacional e de liderança e reconheceu sua dedicação, profissionalismo e liderança como qualidades que contribuíram profundamente para os esforços das Nações Unidas de estabilização no Haiti. Após o terremoto, em entrevista para a Revista Época, Floriano Peixoto declarou que a situação de segurança no país não se modificara, tendo sido frutíferos os esforços de pacificação de bairros antes dominados por gangues, por exemplo. Entretanto, destacou que “houve um retrocesso enorme na infraestrutura, no funcionamento do Estado, na educação, no sistema de prisões, na parte hospitalar” (LOYOLA, 2010). O general afirmou, também, que acreditava que o governo haitiano tinha condição de comandar a reconstrução do país, contanto que fizesse parcerias e soubesse manejar o que lhe foi oferecido pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional.

Dessa forma, por ter presenciado o início da atuação brasileira no Haiti e vivenciado os momentos imediatamente posteriores ao terremoto de 2010, o general Floriano Peixoto é o mais indicado para apontar a relevância da MINUSTAH para a estabilização do Haiti, assim como as diferenças entre sua atuação antes e após o terremoto. No tocante às demais operações, Peixoto acredita que as operações de manutenção de paz e as missões políticas especiais devam ser mais flexíveis, ajustáveis às necessidades do terreno e denominadas unicamente de operações de paz.

Sobre as parcerias referentes ao governo do Haiti, o general defende o fortalecimento de parcerias como o futuro das operações de paz. Dando ênfase ao âmbito regional, Peixoto exemplifica a importância das parcerias da União Africana e das Comissões Econômicas com as operações de paz em seu respectivo território (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015c). Floriano Peixoto é formado pela Academia dos Agulhas Negras, mestre em Ciências Militares e doutor em Política, Estratégia e Alta Administração pela *Command and General Staff College* (CGSC).

Links úteis:

- <http://www.un.org/press/en/2009/sga1180.doc.htm>
- <https://igarape.org.br/floriano-peixoto-vieira-neto/>
- <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI132182-15227,00.html>
- <http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/19815/Oficial-General-brasileiro-integrou-missao-da-ONU-de-reestudo-das-operacoes-de-paz/>

Peter de Clercq, Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral para a MINUSTAH

Natural dos Países Baixos, Peter de Clercq segue uma carreira de mais de 30 anos nas Nações Unidas. Desde agosto de 2013 de Clercq trabalha no Haiti como Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral para a MINUSTAH e, de modo complementar, como Coordenador Residente das Nações Unidas, Coordenador Humanitário e Representante Residente. Antes de sua nomeação aos cargos atuais, de Clercq ocupou postos análogos na Somália e no Sudão. Anteriormente, trabalhou com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) por 27 anos, tendo exercido cargos tanto nas sedes da ONU em Genebra e Budapeste, quanto em serviços de campo no Sudão, no Zimbábue, em Angola, na República Democrática do Congo e no Paquistão.

Na ocasião de sua nomeação como Representante Especial Adjunto, as Nações Unidas elogiaram sua experiência sólida no gerenciamento de processos políticos, no desenvolvimento do setor de segurança, na gestão emergencial e de operações e na proteção de civis e do domínio da lei, assim como na mobilização de assistência humanitária e de desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Peter de Clercq é mestre em sociologia do desenvolvimento pela Universidade

de Tilburg nos Países Baixos e graduado no Instituto dos Países Baixos para Assuntos Estrangeiros “Clingendael”, em Haia.

Links úteis:

- <http://www.un.org/press/en/2013/sga1430.doc.htm>
- <https://minustah.unmissions.org/peter-de-clercq-dans-le-bas-nord-ouest> (vídeo em francês)

Rubem Cesar Fernandes, Viva Rio (ONG Brasileira atuando no Haiti)

O carioca Rubem César Fernandes, Diretor-Executivo do Viva Rio, foi ex-militante do movimento estudantil durante os anos de chumbo da ditadura militar. Estudou história na UFRJ e foi um dos autores de uma coletânea intitulada História Nova do Brasil, que lhe rendeu três processos depois do golpe de 64, sendo obrigado a ir para o exílio em 1965. Rubem Fernandes fez mestrado em história da filosofia na Universidade de Varsóvia, onde permaneceu boa parte de seu exílio, vivido também na Suíça, França e Estados Unidos. Neste último país, o historiador fez seu doutorado na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, concluindo ali seu PhD em História do Pensamento Social.

Em 1993 fundou a organização não governamental Viva Rio, que se engaja em pesquisa, trabalho de campo e formulação de políticas públicas para promover a paz e o desenvolvimento social. Ela desenvolve campanhas de paz e projetos sociais em cinco áreas: direitos humanos e segurança pública, desenvolvimento comunitário, educação, esportes e meio ambiente. Hoje atua em cerca de 350 favelas e comunidades de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sempre em parceria com entidades locais, investindo principalmente nos jovens, mais vulneráveis aos riscos sociais, e buscando a superação da violência (EON, 2004).

Além disso, em 2004 o Viva Rio foi convidado pela ONU para implementar a paz no Haiti e promover a inclusão social no país caribenho. A ação da organização nasceu em Bel Air, um bairro de Porto Príncipe, com a realização de projetos na área de esporte, arte e educação no centro comunitário Kay Nou (“nossa casa”, em creole haitiano). O terremoto de 2010, requereu a intensificação dos programas em todo o país. Atualmente, o Viva Rio continua atuando em Bel Air, onde a ênfase do trabalho é a segurança da comunidade. Em Bon Repos, montou a Academia

de Futebol Pérolas Negras e em Costa Arcadins fundou o Centro Louis R. Roy onde investe na formação de jovens na área do turismo.

Rubem César terá papel de destaque nas discussões realizadas no âmbito do PANOP por estar a par das situações e dificuldades vivenciadas pelo povo haitiano. Tendo desenvolvido um trabalho de inclusão no país e sendo ciente dos desafios encontrados para atingir e manter a paz em comunidades desestruturadas, Rubem será essencial para trabalhar o debate de como questões de segurança podem ser atreladas ao desenvolvimento e também como é possível operacionalizar a paz no Haiti.

Links úteis:

- <http://vivario.org.br/viva-rio-no-haiti/>
- EON, Fábio. Rubem Cesar Fernandes. Responsabilidade Social, edição nº 25. 2004. Disponível em: < <http://www.responsabilidadesocial.com/perfil/rubem-cesar-fernandes/> >

Capitão-de-Mar-e-Guerra Renato Rangel Ferreira, Ex comandante dos Fuzileiros Navais do Brasil, MINUSTAH

O Contra-Almirante (FN) Renato Rangel Ferreira é natural do Rio de Janeiro. Foi declarado Guarda-Marinha em 13 de dezembro de 1985 e atualmente é Comandante do Material de Fuzileiros Navais. Os principais cargos e comissões ocupadas por ele foram:

- Comandante da Companhia de Polícia do Batalhão Naval;
- Comandante do 3º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, Batalhão Paissandu;
- Comandante do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais - Haiti - “10º Contigente”;
- Chefe do Departamento de Doutrina do CGCFN;
- Comandante do Batalhão Naval;
- Imediato do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais.

Principais condecorações obtidas: Ordem do Mérito Naval (Cavaleiro); Medalha Militar de Ouro (Passador de Ouro); Medalha Mérito Tamandaré; Medalha-Prêmio Escola de Guerra

Naval (C - PEM); Medalha Mérito Anfíbio (Duas Âncoras); Medalha “Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti; e Medalha Internacional dos Veteranos das Nações Unidas e Estados Americanos.

No PANOP, Rangel terá importância ao dialogar sobre questões de segurança e preparo de tropas. Tendo atuado como Comandante do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais do Haiti, o representante da Marinha poderá apontar ações que melhorem a operacionalização da MINUSTAH e indicar sua visão acerca do treinamento de tropas e contingente policial para a operação de paz.

Links úteis:

- https://www.mar.mil.br/hotsites/nomar/encartes_almirantes/promocaodealmirantes/Encarte_almirantes_abril2016.pdf

Ms. Henrietta Mensa-Bonsu, Legon Centre for International Affairs and Diplomacy (LECIAD)

A Professora Mensa Bonsu é Diretora do Legon Centre for International Affairs and Diplomacy (LECIAD) e trabalha como Professora Titular de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Gana. Ela exerceu o cargo de vice-Representante Especial do Secretário Geral para a Missão da ONU de Estado de Direito na Libéria (UNMIL). Antes disso, ela já havia assumido uma série de trabalhos nacionais e internacionais na Organização da Unidade Africana (OUA) e na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Representou o país de Gana no Comitê Intergovernamental de Experts na Elaboração da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança em 1991, e no Comitê de Experts da OUA no Caso Lockerbie⁶. Ela também foi membro do Painel Consultivo da Associação Internacional de Advogados para a elaboração de um Código de Conduta Profissional para o Advogado de Defesa que comparece perante a um Tribunal Penal Internacional.

Mensa Bonsu também atuou na Comissão de Reconciliação Nacional de Gana e no

⁶ Referente ao atentado terrorista promovido no voo 103 da Pan Am, em que uma bomba foi detonada em pleno avião, provocando a morte de 270 pessoas. As investigações concluíram que os autores do ato eram dois homens líbios, supostamente agentes do governo.

Conselho Político de Gana e, portanto, envolveu-se com reformas políticas promovidas em seu país. Ela também serviu no Comitê da União Africana de Eminentes Juristas Africanos no Caso Hissine Habre e possui amplo conhecimento em direito penal, justiça juvenil e direito das crianças. A sua atuação enquanto membro do PANOP será de grande valia na medida em que ela poderá focar em eixos do debate que versem sobre a sociedade civil afetada e o desenvolvimento do país. Tendo trabalhado com questões de integração nacional, Mensa Bonsu poderá também discorrer sobre como a performance da MINUSTAH tem potencial para reconciliar as forças conflitantes no Haiti. A professora igualmente terá base para discutir melhores formas de operacionalizar a paz no país, considerando sua atuação nas reformas políticas de Gana.

Links úteis:

- <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2014-10-31/secretary-generals-statement-appointment-high-level-independent>
- <http://www.un.org/press/en/2007/sga1087.doc.htm>

Marcela Donadio, Diretora, Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL)

A Doutora Marcela Donadio é a Secretária Executiva da RESDAL em Buenos Aires, Argentina. Ela possui licenciatura em Ciência Política, mestrado em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia e doutorado em Ciência Política. Desde 1992 atua como professora de Segurança Internacional e Defesa Nacional, tendo participado de variados cursos e seminários ao redor do mundo com esta temática. Foi bolsista do Conselho Nacional de Investigações Científicas (CONICET) da Argentina, onde também exerceu o cargo de Assessora do Ministério de Defesa do país.

Donadio dirigiu o projeto do PNUD sobre pressupostos de segurança pública para o Conselho de Segurança na Argentina, assim como supervisionou a construção do Atlas Comparativo de Defesa na América Latina e Caribe desde a sua primeira publicação, em 2005. É diretora do programa da RESDAL sobre gênero e operações de paz, que abrangeu os casos do Haiti, República Democrática do Congo e Líbano. Donadio também é editora do Índice de Segurança Pública da RESDAL.

A cientista política assumirá um papel significativo na condução das discussões do PANOP por ter uma vasta experiência no que diz respeito aos temas de segurança e defesa na América Latina. Donadio poderá contribuir com o painel na medida em que expor suas posições relativas às tendências e desafios na construção de paz do Haiti, bem como ao inserir sua visão acerca das questões de gênero e como elas interferem nas missões de paz.

Links úteis:

- <http://www.resdal.org/marcela.html>

Eduarda Passarelli Hamann, Coordenadora do Programa de Cooperação Internacional, Instituto Igarapé

Eduarda Passarelli Hamann é advogada e possui mestrado e doutorado na área de Relações Internacionais. Com mais de 10 anos de experiência na área, suas principais áreas de interesse incluem operações de manutenção e consolidação da paz, organismos internacionais, política externa brasileira e cooperação sul-sul. Academicamente, suas publicações giram em torno da participação brasileira nas iniciativas de manutenção da paz, o que coloca a pesquisadora como um dos principais expoentes de diálogo com as formulações da política internacional do país. Dentre as publicações mais recentes, Hamman trata de explorar as condições de especialistas civis brasileiros em contextos instáveis (IPEA, jan.2013), responsabilidade de proteger e ao proteger (SAIIA/ISS, out.2012; NOREF, set.2012 e CEBRI, set.2012), a presença do Brasil na África subsaariana (Banco Mundial, dez.2011) e a participação do Brasil na missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Pearson Papers 2011, Conflict Trends 2009/4).

A proeminência de seu trabalho a levou a ocupar a coordenação do Programa de Cooperação Internacional do Instituto Igarapé, um *think and do tank* independente e sem fins lucrativos, que busca conectar as agendas de segurança e desenvolvimento a partir de cinco frentes de pesquisa e atuação: política sobre drogas nacional e global, segurança cidadã, consolidação da paz, cidades seguras, e segurança cibernética. Hamman, como coordenadora do Programa de Consolidação da Paz, dentre outros temas, lidera discussões sobre a necessidade de aumento de investimento internacional voltado ao desenvolvimento sustentável, responsabilização de Estados na proteção de civis em conflitos, melhora nas capacidades civis para apoio a operações de paz e

reforço da perspectiva de gênero nos processos de consolidação da paz.

Links úteis:

- <https://igarape.org.br/>

Jean Arnault, membro do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz

Arnault foi estudante de Filosofia, Linguística e Ciência Política na Universidade de Sorbonne-Paris I. Desde então, sua trajetória acadêmica se baseia em temas de mediação e processos de paz, culminando em seu cargo como professor de Mediação Internacional e Resolução de Guerras Civis na Sciences Po Paris, de 2011 a 2013. Além disso, Arnault possui título de Fellow no Centro de Cooperação Internacional da Universidade de Nova York, é membro do conselho da University for Peace (Costa Rica) e do Fórum de Prevenção de Conflitos e Paz (Nova York).

Em novembro de 2014 Arnault foi escolhido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon como membro do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz, tendo em vista sua vasta experiência acadêmica, mas também prática sobre o tema. Desde os anos 90, já trabalhou nas missões de paz na Geórgia, Afeganistão, Burundi e Guatemala e desempenhou funções de consultor, observador, mediador, representante do Secretário-Geral e chefe de missão.

Links úteis:

- <http://peaceoperationsreview.org/thematic-essays/a-background-to-the-report-of-the-high-level-panel-on-peace-operations/>

4. O caso haitiano: MINUSTAH

4.1. Estabelecimento e contexto inicial

A história do Haiti é permeada pela violência política e por conflitos civis. Famoso por garantir a sua independência em 1803, após uma turbulenta revolta de escravos, o país viveu grande parte do século XX sob a ditadura da família Duvalier. François Duvalier, conhecido como

Papa Doc, governou o país entre 1957 a 1971, ano em que faleceu e foi sucedido por seu filho Jean-Claude Duvalier, o Baby Doc. Essa ditadura, apoiada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, teve o seu fim em 1986 quando Baby Doc se exilou na França após seu regime perder força e enfrentar contestações do povo haitiano. A partir daí o país teve uma série de governos de curtíssima duração e, em 1990, o então governo provisório solicitou às Nações Unidas (ONU) o monitoramento das novas eleições presidenciais que seriam realizadas no mesmo ano (ONU, 2017).

É nesse contexto que se inicia o primeiro contato da ONU com o Haiti. Neste ano foi criado a Missão de Verificação Eleitoral no Haiti (*United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti*, ONUVEH), que acompanhou o processo de votação presidencial no país (MINUSTAH, 2017). Jean-Bertrand Aristide, eleito democraticamente sob a supervisão deste grupo, teve o seu governo destituído no ano seguinte, dando seguimento a uma nova ditadura militar – violenta e repressiva – liderada por Raoul Cédras. Conforme a situação democrática se deteriorava e aumentavam os casos de violação de direitos humanos, uma nova instância da ONU foi criada em 1993: a Missão Civil Internacional no Haiti (*International Civilian Mission in Haiti*, MICIVIH), com o objetivo de investigar e monitorar os direitos humanos no país (ONU, 2017). No mesmo ano, foi também implantada uma missão de paz, a Missão das Nações Unidas no Haiti (*United Nations Mission in Haiti* (UNMIH)), que não foi totalmente bem-sucedida devido às dificuldades de cooperação com as autoridades militares do Estado (ONU, 2017).

Em 1994, por meio de uma decisão do Conselho de Segurança, foi criada uma delegação responsável por facilitar a saída dos militares no Haiti e o retorno às vias democráticas. Liderada pelos Estados Unidos, a delegação alcançou um acordo com os líderes militares do país, cumprindo o seu objetivo e permitindo o restabelecimento das forças da UNMIH e MICIVIH. Ao longo dos anos seguintes, grandes avanços foram atingidos, como a transição entre dois governos democraticamente eleitos e a criação de uma Polícia Nacional Civil (ONU, 2017).

Contudo, no começo de 2004, um conflito armado irrompeu na quarta maior cidade do Haiti, Gonaives, alastrando-se para o norte do país, onde os insurgentes passaram a assumir o controle. Os responsáveis pelo conflito, em sua maioria militares que haviam participado do governo na década de 1990, exigiram a renúncia do presidente, alegando falhas em sua governança e fraudes na votação que o elegeu. O presidente assinou sua carta de renúncia e exilou-se na África do Sul, sendo substituído pelo então presidente da Suprema Corte do país que logo pediu auxílio

à ONU para lidar com a situação. Dessa forma, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1542 em abril de 2004 (ONU, 2004), a qual estabeleceu a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)).

De acordo com Corbellini (2009, p. 101), “para a comunidade internacional, o envio da MINUSTAH ao país caribenho, em 1º de junho de 2004, e a renovação de sua autorização até os dias atuais, justificam-se em virtude da ‘ameaça à paz e segurança internacionais’ que a crise haitiana representa”. Ou seja, a MINUSTAH surgiu de um contexto local fragilizado e vulnerável. Seus principais desafios remetem ao estabelecimento e manutenção de um processo político saudável no Haiti, bem como à assistência a civis em matéria de direitos humanos. O país enfrentava grave desestruturação de sua Polícia Nacional, problemas na condução de um governo democrático e uma economia bastante fragilizada.

Na resolução supracitada, ficou determinado que a missão consistiria de componentes civis e militares empregando, no máximo, 1622 e 6700 indivíduos, respectivamente. No cumprimento de seu mandato, a MINUSTAH ficou também responsável por cooperar com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM), além de se comprometer firmemente com o empoderamento político do governo de transição. A missão ainda teria o papel de supervisionar os processos político e constitucional do Haiti, visando a manutenção da ordem democrática, bem como apoiar o governo provisório no que diz respeito à prestação de serviços de direitos humanos, monitorando a situação destes pelo país. Por fim, a MINUSTAH também se comprometeu a auxiliar no monitoramento, reestruturação e reforma da Polícia Nacional do Haiti, além de desenvolver programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) sustentáveis.

O período que precedeu o estabelecimento da MINUSTAH revela profundos e antigos conflitos, concentrados principalmente em questões de transição eleitoral, papel do militarismo e vulnerabilidade socioeconômica. Assim, a implantação dessa operação de paz da ONU vem com o intuito de reestabelecer e manter a segurança no Haiti, para que, dessa forma, sejam asseguradas igualmente a paz e segurança internacional.

4.2. Evolução e desafios da missão ao longo do tempo

Logo de início, a MINUSTAH se destacou das missões estabelecidas anteriormente no Haiti por ser composta, em sua maioria, por países em desenvolvimento⁷. Ainda que não houvesse consenso entre a população haitiana acerca do acolhimento da missão, a liderança civil atribuída ao Chile e a militar ao Brasil contribuíram para que a missão fosse recebida com boas expectativas. Yannick Etienne, coordenadora da organização de trabalhadoras e trabalhadores Batay Ouvriye, por exemplo, caracterizou abertamente a missão das Nações Unidas como ilegítima e inaceitável, porém fez a ressalva de que a presença brasileira contribuiria para um comportamento mais ameno e para um benefício ao diálogo nacional – reforçando a autopercepção dos contingentes brasileiros, como veremos na seção seguinte (VALLER FILHO, 2007).

Em 2005, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, recomendou ao Conselho de Segurança da organização que o mandato da MINUSTAH fosse prorrogado por mais um ano, de forma que a missão continuasse em operação até a realização das eleições haitianas, estimando que um ambiente de segurança seria fundamental para empreender as mudanças no plano político do país e diminuir sua instabilidade política (VALLER FILHO, 2007). Assim, levando em consideração a situação política, socioeconômica e de segurança em evolução no país, o Conselho de Segurança seguiu ajustando em diversas ocasiões o mandato da MINUSTAH nos anos seguintes, assim como seu conceito de operações e o contingente autorizado para atuação (NAÇÕES UNIDAS, s.d.).

Contudo, os primeiros meses de atuação da MINUSTAH já foram alvos de críticas por parte de relatórios de organizações não governamentais – tais como *Human Rights Watch*, *Crisis Group* e Anistia Internacional, entre outras –, registros de jornalistas e depoimentos não oficiais de militares (CORREA, 2014). Os documentos denunciaram diversas violações aos direitos humanos cometidas pelos próprios soldados e policiais da MINUSTAH ou pela Polícia Nacional Haitiana (PNH), apoiada pela missão. Entre as violações, incluem-se exacerbado uso da força, execuções extrajudiciais, prisões arbitrárias e casos de assassinatos e de estupros (CORREA, 2014). Nesse aspecto, Correa (2014) considera que uma das falhas centrais na reconstrução do Haiti foi a ação

⁷ O contingente inicial de 6.700 **militares** foi composto por nacionais da Argentina, Brasil, Bolívia, Canadá, Chile, Croácia, Estados Unidos, Equador, França, Filipinas, Guatemala, Jordânia, Marrocos, Nepal, Paquistão, Paraguai, Peru, Sri Lanka e Uruguai. O contingente **policial**, por sua vez, somou aproximados 1.600 agentes da Argentina, Benin, Bósnia Herzegovina, Brasil, Burkina Faso, Camarões, Canadá, Chade, Chile, China, Colômbia, Egito, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, França, Granada, Guiné, Iêmen, Jordânia, Madagascar, Mali, Ilhas Maurício, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Romênia, Rússia, Senegal, Serra Leoa, Togo, Turquia, Uruguai, Vanuatu e Zâmbia (VALLER FILHO, 2007).

conjunta das tropas da MINUSTAH com a PNH, estratégia estabelecida na Resolução 1542 do Conselho de Segurança, uma vez que a reputação truculenta, arbitrária e repressora da PNH já era conhecida e seus abusos, denunciados, no momento de início da intervenção. Segundo o autor, “a colocação de protetores e violadores em um mesmo lado gerou contradições e até mesmo violação do próprio mandato, que tinha como pressuposto a proteção da população local” (CORREA, 2014, p. 152). Dessa forma, a MINUSTAH se mostrou incapaz de capacitar a polícia haitiana de maneira efetiva, já que permitiu à PNH acesso a áreas nas quais esta não conseguia entrar sozinha - logo, permitiu que os abusos cometidos por ela se alastrassem a novas comunidades - e foi omissa tanto para proteger a população civil da PNH quanto para denunciar as violações desta à ONU (ibid.).

Por outro lado, as tropas da MINUSTAH foram bem-sucedidas em prestar auxílio para o governo no tocante à realização das eleições presidenciais, parlamentares e municipais, cumprindo com o objetivo de apoiar a execução de reformas constitucionais, judiciais e eleitorais (CORREA, 2014). As incursões sobre locais como Cité Soleil e Bel Air, ainda que a custo das violações dos direitos humanos, resultaram na pacificação de comunidades antes dominadas por gangues e grupos partidários rivais. Demais sucessos ocorreram na área da assistência humanitária, que incluiu a doação de comida e brinquedos, fornecimento de assistência médica e estímulo ao esporte, assim como na área de engenharia e infraestrutura, em que a reconstrução de estradas e a perfuração de poços se fizeram fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico do país (CORREA, 2014).

Tal era o panorama enfrentado pela missão até 2010. Apesar de ainda enfrentar graves desafios em diversas frentes, os esforços conjuntos das autoridades haitianas, das Nações Unidas e da comunidade internacional culminaram na diminuição acentuada da violência na política, na restauração da segurança pública, na liberdade de imprensa e no desenvolvimento socioeconômico crescente, apesar da crise econômica mundial (NAÇÕES UNIDAS, s.d.). Assim, em 13 de outubro de 2009, o Conselho de Segurança estendeu o mandato da missão por apenas mais um ano, com a função de auxiliar o processo político haitiano e prover assistência logística e de segurança para as eleições marcadas para fevereiro de 2010 (NAÇÕES UNIDAS, s.d.).

Entretanto, o dia 12 de janeiro de 2010 trouxe consigo um terremoto de magnitude 7.0, que resultou em mais de 220.000 mortes, milhares de pessoas feridas ou permanentemente incapacitadas, e 1,5 milhão de pessoas desabrigadas (NAÇÕES UNIDAS, s.d.). Além disso, o desastre prejudicou severamente a economia e a infraestrutura haitianas, os esforços de construção

de nação e o clima de estabilidade política desenvolvidos até o momento (NAÇÕES UNIDAS, s.d.). Operações de ajuda de emergência foram enviadas pelas Nações Unidas de alguns Estados-membros horas após a tragédia e, em 19 de janeiro, por meio da Resolução 1908, o Conselho de Segurança aprovou a adição de 2.000 soldados e 1.500 policiais ao contingente da MINUSTAH, visando recuperação, reconstrução e esforços pela estabilidade imediatos (NAÇÕES UNIDAS, s.d.) (CSNU, 2010a). Dessa forma, qualquer possibilidade de finalização do mandato da MINUSTAH estava descartada, e a missão logo teve de lidar com protestos realizados devido à chegada lenta de auxílio às centenas de milhares de pessoas afetadas pelo terremoto (RENOIS, 2010).

O contingente da MINUSTAH atingiu seu auge a partir de 4 de junho de 2010, quando, pela resolução 1927, o Conselho de Segurança autorizou um total de 8.940 soldados e 4.391 policiais. Adicionalmente, a resolução enfatizou a apropriação e responsabilidade primária do governo e da população do Haiti pela estabilização e pelo desenvolvimento do país, tendo a MINUSTAH um papel auxiliar (NAÇÕES UNIDAS, s.d.) (CSNU, 2010b). No restante do ano e em 2011, a missão proveu suporte ao governo por meio de assistência técnica, logística e administrativa assim como segurança contínua para as eleições presidenciais e legislativas. A partir de 2011, as extensões do mandato da MINUSTAH foram acompanhadas pela diminuição progressiva de seu contingente militar, que passou para 7.340 soldados e 3.241 policiais em 14 de outubro (CSNU, 2011), para 6.270 soldados e 2.601 policiais em 12 de outubro de 2012 (CSNU, 2012) e para 5.021 soldados e 2.601 policiais em 10 de outubro de 2013 (CSNU, 2013). Em 14 de outubro de 2014, a resolução 2180 determinou 2.370 soldados e, novamente, 2.601 policiais, estendendo o mandato da missão até 15 de outubro de 2015 (CSNU, 2014).

Ainda que o terremoto de janeiro de 2010 tenha acrescentado ainda mais desafios à atuação da MINUSTAH e comprometido a evolução alcançada até então, Renata Avelar Giannini (2015) nota que “foi somente após o terremoto (...) que a violência contra as mulheres e a necessidade de protegê-las foram efetivamente incluídas no mandato da missão, influenciando assim o planejamento e a implementação de ações de proteção e empoderamento” (p. 69). Ao apontar as cinco áreas de promoção da igualdade de gênero determinadas pelas resoluções do Conselho de Segurança referentes a mulheres, paz e segurança - Marco legal, estrutura organizacional e liderança na missão; Estado de Direito; Representação; Proteção; e Empoderamento - a autora afirma que os avanços alcançados pela MINUSTAH nessas áreas são mistos e dependem da

vontade política dos Estados membros envolvidos, tendo o Brasil apresentado avanços tímidos porém importantes (GIANNINI, 2015).

Em uma linha similar, Roberto Escoto (2009) reforça que assuntos pertinentes à segurança humana⁸ aparecem explicitamente em todas as resoluções da MINUSTAH, em contraposição às missões anteriores da ONU no Haiti. Tais esforços não apenas foram fundamentais para promover condições mais estáveis e seguras para as reformas políticas, econômicas e sociais as quais as lideranças da missão se propuseram alcançar, como também possibilitaram à MINUSTAH atingir resultados que as demais missões não foram capazes de conquistar, nem manter (ESCOTO, 2009). Ainda que o autor tenha realizado sua pesquisa antes do terremoto de 2010, sua conclusão pode ser estendida ao restante da atuação da missão, uma vez que os esforços humanitários foram de suma importância para permitir que os contingentes da MINUSTAH pudessem ser diminuídos sem prejuízo para o progresso até então atingido,

Tradicionalmente, a aplicação dos princípios da Política Externa Brasileira refletiu em uma postura única do país em relação a operações de manutenção de paz. Enquanto o Brasil é participante frequente de missões de paz, também manifesta restrições e reservas quanto ao caráter das ações militares em território estrangeiro (CORREA, 2014). Tal dualidade, anterior à redemocratização, repercutiu no Artigo 4º da Constituição Federal, que dispõe que os princípios da não-intervenção, da defesa da paz, da solução pacífica de conflitos, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, entre outros, regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). Por isso, o país evita ao máximo participar de intervenções que não disponham do consentimento interno do país auxiliado, tendo participado apenas de Operações de Paz baseadas no Capítulo VI da Carta da ONU, o qual limita o uso da força dos capacetes azuis, e se manifestado desfavorável às missões assentadas sobre o Capítulo VII – tal como a UNMIH –, que permite o uso da força para razões além da autodefesa das tropas (CORREA, 2014).

⁸ Incluem-se como assuntos pertinentes à segurança humana aqueles que têm como alvo principal o cidadão e não o Estado nacional, como a promoção e proteção aos direitos humanos; assistência humanitária; promoção da igualdade de gênero; combate à fome e à pobreza; proteção de civis; proteção da mulher e das crianças; combate à violência sexual; combate à impunidade; prevenção e controle do HIV, da AIDS e de outras doenças transmissíveis; proteção de refugiados e deslocados e desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) (ESCOTO, 2009).

Entretanto, a própria MINUSTAH também foi pautada sobre o Capítulo VII e, ainda assim, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pelo comando militar da operação, tornou-se o maior contribuinte de tropas da Missão e lhe enviou o maior contingente para uma missão de paz em toda a sua história (SÁ, 2015). Logo, a situação no Haiti assumiu um papel único na condução da Política Externa Brasileira, incentivando fatores externos e internos específicos resultantes no envolvimento e liderança brasileiros na MINUSTAH. Além de examinar tais fatores, esta seção abordará também as formas como o contingente brasileiro auxiliou a operação e quais aprendizados a MINUSTAH forneceu para o contexto nacional.

No tocante aos fatores externos que influenciaram o envolvimento brasileiro com a Missão, Corrêa (2014) adverte para que não se relacione diretamente a participação do país com sua antiga aspiração de obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma vez que tal vínculo nunca foi declarado. O autor chama atenção para a prioridade da política externa do governo Lula (2003-2010), referente à “construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso, é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL (...) [que] é sobretudo um projeto político” (SILVA, 2003 apud CORREA, 2014, p. 142). Por outro lado, Sá (2015) aponta para a pressão de atores internacionais, tais como o Secretariado da ONU, os Estados Unidos, a França, a CARICOM e a OEA, enquanto grandes incentivadores da participação brasileira na Missão. Levando em consideração o contexto internacional e as pretensões brasileiras, Correa propõe analisar a questão a partir de uma hipótese negativa, em que o Brasil não participasse da MINUSTAH. Nesse caso, o autor conjectura que o Chile (já parte da IMF) poderia assumir ambos os comandos militar e político da Missão ou dividi-los com a Argentina, o que prejudicaria severamente a aspiração brasileira de liderança regional (CORREA, 2014).

Seguindo essa linha, o projeto brasileiro de liderança regional encontraria como obstáculos não só a dificuldade de aceitação de tal papel de liderança por parte da Argentina, como também a própria disposição brasileira para liderar e sua capacidade de dispor de recursos para exercer tal liderança (CORREA, 2014). Além do então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, destacam-se como relevantes atores do processo decisório interno o professor Marco Aurélio Garcia, o Ministro Celso Amorim e o Ministro José Viegas Filho, responsáveis pela assessoria do Presidente, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Defesa, respectivamente (SÁ, 2015). Esses membros do governo foram essenciais para a consideração e convergência dos

supracitados obstáculos à liderança com os interesses estratégicos brasileiros; a partir desta análise, surgiram as condições para o comando militar brasileiro da MINUSTAH. Conforme expõe a autora, seguiu-se um processo de negociação internacional acerca dessas condições, do qual resultou a manutenção do recurso ao Capítulo VII da Carta de São Francisco – considerando que a ausência de tal recurso poderia denotar menor comprometimento da comunidade internacional com a situação – e a adoção de um viés multidimensional para a operação, a qual, além de arcar com as questões de segurança e humanitária, estaria incumbida de reconstruir a autonomia política, econômica e social do Haiti (SÁ, 2015).

Esta orientação multidimensional, assentada sobre o tripé de segurança, reconciliação política e desenvolvimento, seria o diferencial da MINUSTAH segundo o discurso oficial brasileiro, que analisara as demais missões em território haitiano como falhas por terem se focado exclusivamente nas questões de segurança e humanitárias e se limitado a injetar dinheiro até que os problemas imediatos das potências encarregados pelas operações fossem solucionados (CORREA, 2014). Outro ponto relevante para a compreensão da atuação brasileira pela MINUSTAH é o conceito de Diplomacia Solidária, segundo o qual o Estado brasileiro não teria razões morais (como pressão da opinião pública) ou materiais (como interesses estratégicos) para intervir, sendo movido pela generosidade para com população haitiana (CORREA, 2014). Tais concepções embasaram a retórica de ambos os militares e os políticos envolvidos na participação do país na Missão de que uma “índole pacifista” brasileira refletiria na abordagem dos militares em relação à sociedade local, que seria mais amena em vez de truculenta (CORREA, 2014).

Nesse sentido, como visto na seção anterior, o Brasil não foi bem-sucedido na consolidação de um novo paradigma nas Operações de Paz, como aparentava ser sua intenção, uma vez que

[A] proposta de ter uma atuação mais eficiente, mais próxima da população local, mostrou-se ineficaz, pois, além de não ser capaz de trazer melhores resultados do que aqueles já alcançados por outras intervenções, algumas atuações brasileiras não cumpriram os objetivos previstos no mandato da MINUSTAH, como o apoio, a proteção e o monitoramento dos direitos humanos no Haiti, que, de acordo com relatórios de reconhecidas organizações internacionais, foram violados. (CORREA, 2014, pp. 157-158)

Apesar disso, o contingente brasileiro pode contar com vários acertos em sua atuação, tais como o auxílio à realização de eleições; a melhoria na segurança da capital, com a pacificação de Cité Soleil e Bel Air, por exemplo; a promoção de lazer, saúde e infraestrutura para a população local; e a prestação de toda essa assistência somada à ajuda de emergência após o terremoto de

janeiro de 2010 (CORREA, 2014). Ainda que com muitas falhas, a experiência brasileira reforçou a necessidade de se pensar na garantia de capacidades de desenvolvimento social, político e econômico, atreladas ao enfoque de segurança e ajuda humanitária, como forma de consolidar progresso e bem-estar duradouros à população local.

Neste aspecto, os mais de 10 anos de presença no Haiti trouxeram diversos aprendizados ao Brasil. A pacificação de bairros violentos como Cité Soleil e Bel Air consolidou a estratégia militar brasileira de estabelecer pontos fortes e patrulhamentos intensivos para evitar o retorno das regiões às mãos de grupos armados, estratégia posteriormente replicada pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e em ocupações do Exército (DEUTSCHE WELLE, 2014). No tocante ao treinamento militar, o Brasil se tornou referência internacional no treinamento de tropas para Operações de Paz em ambiente urbano, fato atestado pela alta procura vinda de oficiais estrangeiros pelos treinamentos ministrados pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) (DEUTSCHE WELLE, 2014). Frente à provável transformação ou substituição da MINUSTAH por uma missão de caráter político ou de construção da paz, contudo, cabe notar que o Brasil dispõe de espaço para se engajar com o Haiti em níveis além do militar e desenvolver suas próprias capacidades tal como fez na questão militar, como no campo do Direito (PALMA, 2015), na polícia (CARRERA, 2015) e na igualdade de gênero entre as tropas (GIANNINI, 2015).

5. Referências

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU). *A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operation*. Report of the Secretary-General's Special Advisor, Prince Zeid Ra'ad Zeid al-Hussein [A/59/710], 24 de março de 2005.

_____. *United Nations Comprehensive Strategy on Assistance and Support to Victims of Sexual Exploitation and Abuse by United Nations Staff and Related Personnel*. Resolution A/RES/62/214, 7 de março de 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO [ABRAJI]. *Militar fala sobre papel do Exército em curso sobre Jornalismo em Áreas de Conflito*. 4 de novembro de 2008. Disponível em: < http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=784>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:

Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARRERA, S. A. *Participação policial brasileira na MINUSTAH*. Em: Brasil e Haiti: Reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. Artigo Estratégico 13. Instituto Igarapé: janeiro de 2015. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-estrategico-13-Minustah-final3-1.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2017.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). *UN Security Council Resolution 2180 (2014)*. 14 de outubro de 2014. S/RES/2180 (2014). Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2180%20\(2014\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2180%20(2014))>. Acesso em 19 de março de 2017.

_____. *UN Security Council Resolution 2119 (2013)*. 10 de outubro de 2013. S/RES/2119 (2013). Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2119\(2013\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2119(2013))>. Acesso em 19 de março de 2017.

_____. *UN Security Council Resolution 2070 (2012)*. 12 de outubro de 2012. S/RES/2070 (2012). Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/5088fd592.html>>. Acesso em 29 de março de 2017.

_____. *UN Security Council Resolution 2012 (2011)*. 14 de outubro de 2011. S/RES/2012 (2011). Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4ea51bbb2.html>>. Acesso em 29 de março de 2017.

_____. *UN Security Council resolution 1908 (2010)*. 19 de janeiro de 2010 [2010a]. S/RES/1908 (2010). Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4b66c06d2.html>>. Acesso em 29 de março de 2017.

_____. *UN Security Council resolution 1545 (2004)*. 30 de abril de 2004. S/RES/1542 (2004). Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004))>. Acesso em 19 de março de 2017.

_____. *UN Security Council resolution 1927 (2010)*. 4 de junho de 2010 [2010b]. S/RES/1927 (2010). Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4c1f30522.html>>. Acesso em 29 de março de 2017.

_____. *UN Security Council Resolution 1325 (2000)*. 31 de outubro de 2000. S/RES/1325 (2000). Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>>. Acesso em 25 de março de 2017.

CORBELLINI, M. D. *Haiti: da crise à MINUSTAH*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17674>>. Acesso em: 19 de março de 2017.

CALL, CHARLES. *What the UN Can Do To Fix Its Peacekeeping Mission*. Defense One. 28 de Julho de 2015. Disponível em <<http://www.defenseone.com/politics/2015/07/what-un-can-do-fix-its-peacekeeping-mission/118660/>>. Acesso em 17 de Abril de 2017.

CORREA, P. G. P. MINUSTAH e a diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas Operações de Paz? Em: *Operações de manutenção de paz das Nações Unidas: reflexões e debates / organização Vanessa Braga Matijascic*. – 1.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014. ISBN 978-85-393-0517-9.

CROSETTE, B. *Ameerah Haq: 'I've had a great run - 40 years'*. 15 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.passblue.com/2014/12/15/ameerah-haq-ive-had-a-great-run-40-years/>>. Acesso em 5 de dezembro de 2016.

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS (DPKO). *Reform of peacekeeping*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/reform.shtml>. Acesso em: 25 de março de 2017

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS (DPKO) & DEPARTAMENTO DE APOIO ÀS ATIVIDADES EM TERRENO (DFS). *A Resource for New Staff at Headquarters: e-Guide to the United Nations Departments of Peacekeeping Operations and Field Support*, 2015.

DEUTSCHE WELLE. *Missão no Haiti torna Brasil referência em treinamento de forças de paz*. 23 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/miss%C3%A3o-no-haiti-torna-brasil-refer%C3%A2ncia-em-treinamento-de-for%C3%A7as-de-paz/a-18141833>>. Acesso em 31 de março de 2016.

DOBBINS, J. *A Comparative Evaluation on United Nations Peacekeeping*. Santa Monica, Arlington, Pittsburg: RAND Corporation, 2007.

ESCOTO, R. *Construção do Estado e Democratização do Haiti: Uma Análise das Intervenções da ONU sob o Enfoque da Segurança Humana (1993-1996 e 2004-2008)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4933/1/2009_RobertoEscoto.pdf>. Acesso em 19 de março de 2017.

FAGANELLO, P. L. F. *Operações de Manutenção da Paz da ONU*. Brasília: FUNAG, 2013.

GIANNINI, R. A. Da política à implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti. Em: *Brasil e Haiti: Reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016*. Artigo Estratégico 13. Instituto Igarapé: janeiro de 2015.

Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-estrategico-13-Minustah-final3-1.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2017.

GORUV, Aditi; SHARLAND, Lisa. *Prioritizing the Protection of Civilians in UN Peace Operations. Analyzing the recommendations of the HIPPO Report*. Washington D.C.: Stimson Center, 2016.

HIGH-LEVEL PANEL ON THREATS, CHALLENGES AND CHANGE. *A more secure world: Our shared responsibility*, 2004. Disponível em: http://www.un.org/en/peacebuilding/pdf/historical/hlp_more_secure_world.pdf. Acesso em: 25 de março de 2017.

ILITCHEV, Alexander. *Implementing the HIPPO Report: Sustaining Peace as a New Imperative?* International Forum for the Challenges of Peace Operations. Policy Brief: 2015:5.

LOYOLA, L. *Floriano Peixoto: "O Haiti nunca foi tão abalado"*. Revista Época, 8 de abril de 2010. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI132182-15227,00.html>>. Acesso em 11 de dezembro de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *CCOPAB capacitou mais de 3 mil pessoas para atuar em missões de paz em 2014*. 21 de janeiro de 2015 [2015a]. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/14793-ccopab-capitou-mais-de-3-mil-pessoas-para-atuar-em-missoes-de-paz-em-2014>>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

_____. *Militares trocam experiência e apontam desafios enfrentados em missões de paz da ONU*. 31 de março de 2015 [2015b]. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/18586/Militares-trocam-experiencias-e-apontam-desafios-enfrentados-em-missoes-de-paz-da-ONU-/>>. Acesso em 5 de dezembro de 2016.

MOURA, T. *Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceituais e políticos*. Revista Crítica de Ciências Sociais. 2005. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/1020>>

_____. *Oficial-General brasileiro integrou missão da ONU de reestudo das operações de paz*. 20 de julho de 2015 [2015c]. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/19815/Oficial-General-brasileiro-integrou-missao-da-ONU-de-reestudo-das-operacoes-de-paz/>>. Acesso em 11 de dezembro de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. *MINUSTAH Background*. Em: *MINUSTAH – United Nations Stabilization Mission in Haiti*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>>. Acesso em 19 de março de 2017.

NICHOLS, Michelle. *U.N study finds peacekeepers avoid using force to protect civilians*. Reuters. 16 de Maio de 2014. Disponível em <<http://www.reuters.com/article/us-un-peacekeepers-civilians-idUSBREA4F0M220140516>> . Acesso 17 de Março de 2017.

_____. *Secretary-General Appoints Peter De Clercq of Netherlands as Deputy Special Representative for United Nations Stabilization Mission in Haiti*. 12 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2013/sga1430.doc.htm>>. Acesso em 11 de dezembro de 2016.

_____. *Secretary-General's statement on appointment of High-Level Independent Panel on Peace Operations*, 2014. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2014-10-31/secretary-generals-statement->

[appointment-high-level-independent](#)

_____. *The 2005 World Summit*. 2005. Disponível em: http://www.un.org/en/events/pastevents/worldsummit_2005.shtml. Acesso em: 25 de março de 2017.

_____. *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*, New York: Department of Peacekeeping Operations, 2008.

NDULU, M. *United Nations Peacekeeping Operations and Security and Reconstruction*, 44 Akron L. Rev. 769, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Contributors to UN peacekeeping missions*, 2016, Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2016/feb16_1.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *First United Nations Emergency Force - UNEF I*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unef1backgr2.html>>. Acesso em 17 de Abril de 2014

PALMA, N. N. A manutenção da paz (no Haiti) e a justiça (no Brasil): uma reflexão sobre o impacto da MINUSTAH no sistema jurídico militar brasileiro. Em: *Brasil e Haiti: Reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016*. Artigo Estratégico 13. Instituto Igarapé: janeiro de 2015. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-estrategico-13-Minustah-final3-1.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2017.

PETRESKY, M. *The International Public Law and the Use of Force by the States*, Bitola: Institute for Research and European Studies, 2015. Disponível em: <http://e-jlia.com/papers/v2_9.pdf>.

PIRNIE e SIMMONS, *Soldiers for Peace: Critical Operational Issues*, Santa Monica: RAND Corporation, 1996.

PUGH, M. Peace Operations. In. WILLIAMS, P. *Security Studies: An Introduction*, 2008.

RÁDIO ONU. Entrevista com General Paul Cruz. 29 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2015/05/entrevista-general-paul-cruz/#.WEVyfVxoDWI>>. Acesso em 5 de dezembro de 2016.

RAMOS-HORTA, J. *Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU – Consulta à América Latina e Caraíbas*, 2015. Disponível em: <http://ramoshorta.com/2015/04/01/high-level-panel-on-peace-operations-latin-american-and-caribbean-consultation-engpt/>

RENOIS, C. *Haitians angry over slow aid*. Porto Príncipe: The Age, 5 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.theage.com.au/world/haitians-angry-over-slow-aid-20100204-ng2g.html>>. Acesso em 19 de março de 2017.

SÁ, J. E. de. *A decisão brasileira de participar da Minustah*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2015. Disponível em: <<http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/download/Jessica%20Esp%C3%ADndola%20de%20S%C3%A1.pdf>>. Acesso em 27 de março de 2017.

STAMNES & OSLAND. *Synthesis Report: Reviewing UN Peace Operations, the UN Peacebuilding Architecture and the implementation of UNSCR 1325*. Oslo: Norwegian Institute of Foreign Affairs, 2016.

ULFSTEIN, G. *The Legal Basis for the Use of Force by UN Peacekeeping*, 2003.

United Nations News Centre. Secretary-General establishes eminent panel to review UN peace operations, 2014. Disponível em: <https://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=49221>

Uniting our Strengths for Peace – Politics, Partnership and People: Report of the High-Level Independent Panel on United Nations Peace Operations, 2015.

VALLER FILHO, W. *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: FUNAG, 2007. ISBN 978-85-7631-082-2. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Hatiana_O.pdf>. Acesso em 19 de março de 2017.

WAGNER, J. *Palavras do Ministro da Defesa, Jaques Wagner, na abertura da Reunião Regional de Consulta América Latina e Caribe do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU*, 2015. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/pronunciamentos/ministro/marco/revisao_das_operacoes_de_paz_da_onu.pdf